

a Geografia transitou. O acerto de contas com o pensamento tradicional é, assim, basicamente um exercício de crítica de ideologia. Uma epistemologia materialista é, sem dúvida, o instrumento privilegiado de tal empresa (2). O desvendamento do conteúdo social do discurso geográfico, a dissecação das teorias desenvolvidas pelos geógrafos tradicionais, o desnudamento ideológico das categorias, dos conceitos e das questões elaboradas pela Geografia, aparecem como um labor epistemológico. A crítica do pensamento tradicional o requer para não cair num criticismo instrumentalizado, simplificador e maniqueísta.

Vê-se um primeiro campo de associação entre a Epistemologia e a Geografia, nessa necessária arqueologia dos juízos e propostas que povoam o passado de tal disciplina. Seria o terreno principal da "guerrilha epistemológica" que propõem alguns discípulos de Lacoste (3). O combate à Geografia tradicional pelo desmascaramento dos pressupostos e das perspectivas políticas ali contidos. Já se acumulam trabalhos orientados por tal finalidade (4). A contribuição da Epistemologia à construção de uma Geografia da sociedade não se limita, contudo, a essa única tarefa.

O movimento de renovação crítica da Geografia tem por fundamento novas opções quanto <sup>to</sup> método de interpretação do real, rompendo com o império quase monolítico do positivismo até então dominante. Isso coloca a necessidade de se buscar outros encaminhamentos metodológicos, estudando experiências teóricas "em relação as quais a Geografia erigiu um esterilizante cordão sanitário" (5). Em geral, os métodos que veiculavam uma postura crítica na análise da sociedade não foram considerados pelos geógrafos. Neste quadro se sobressai o alheamento frente ao materialismo histórico e dialético (6). Alheamento a que não escapam nem aqueles que professavam uma adesão ao marxismo no nível da política prática (7). Por esta razão, estabelece-se um segundo "front" epistemológico na presença da construção de uma Geografia crítica da sociedade.

Há que se estudar profundamente não apenas a produção de Marx mas também seus desdobramentos posteriores (8). Estando alerta quanto às ressalvas apontadas por Milton Santos; contra o dogmatismo, o congelamento dos conceitos e o discurso retórico; vendo a teorização como incorporação renovadora e sem perder de vista a necessidade do trabalho empírico (9). Aliás, estas ressalvas ~~se~~ constituem ~~em~~ condições para a realização de uma leitura marxista do marxismo. Lenin, por exemplo, criticou severamente a visão doutrinária: "Naturalmente são possíveis as mais variadas combinações dos elementos de qual ou tal tipo de evolução capitalista, e só uns pedantes incorrigíveis pretenderiam resolver as questões peculiares e complicadas, que surgem em tais casos, mediante unicamente citações de algumas opiniões de Marx que se referiam a uma época distinta" (10). Há que se aceitar a existência, na atualidade, de uma pluralidade de orientações que partem do legado teórico de Marx. O marxismo se põe, assim, como um campo de debate múltiplo onde convivem, mesmo, posições antagonizadas. É no espectro desse campo que o geógrafo crítico deve transitar para obter uma lapidação teórica de seus fundamentos metodológicos.

O estudo do método é basicamente um trabalho de Epistemologia, que deve ser conduzido num patamar tão crítico quanto o já apontado acerto de contas com o passado da Geografia. A aceitação do marxismo como um campo de discussão (cuja unidade advém de alguns princípios metodológicos básicos) implica necessariamente nessa leitura crítica, como a única forma de se encontrar a vertente que possua identidade com os posicionamentos políticos práticos e com a visão de sociedade que se assume. Só assim é possível realizar ~~uma~~ correspondência entre teoria e prática, ao nível do trabalho teórico, demandada como um daqueles princípios metodológicos básicos de materialismo histórico e dialético. A ~~passagem~~ pela obra de autores de variadas orientações e o aprofundamento nas polêmicas internas do marxismo torna-se condição funda-

mental no processo de construção de uma Geografia crítica.

Tal processo, todavia, não se limita no plano dos problemas metodológicos. As questões atinentes ao objeto geográfico também estão no centro dos interesses. Como bem apontou Suret-Canale: "A importação de conceitos marxistas, de uma perspectiva marxista, por excelente que ela seja, não será suficiente para dar a Geografia - como pelo toque de uma varinha mágica - 'por decreto da Mufti' disse o velho Engels, a maturidade científica que ela visivelmente ainda não atingiu" (11). Dessa maneira urge discutir o objeto geográfico para se superar as "surpreendentes carências epistemológicas da Geografia universitária" (12). Aparece aqui um terceiro "front" da Epistemologia no horizonte de tarefas que se colocam para o geógrafo consciente.

Uma das críticas mais procedentes ao pensamento tradicional incide no isolamento vivenciado pela Geografia, que conduziu sua discussão sem contatos expressivos com disciplinas que enfocavam temas afins. A elaboração geográfica desenvolveu-se <sup>(13)</sup> intra-muros, as polémicas existentes limitaram-se ao ambiente restrito dos geógrafos. Em função dessa herança resta para aqueles envolvidos com o processo de renovação crítica da Geografia um enorme campo de investigação, qual seja, o da discussão do temário geográfico efetuada fora da órbita dessa disciplina. Existe um número considerável de autores e obras que interessam à discussão crítica do temário geográfico - com destaque para os temas de uma Geografia da Sociedade - que se encontram <sup>QUASE</sup> ~~total-~~ <sup>SEMPRE</sup> ~~mente~~ presentes nas leituras dos geógrafos. Dessa maneira, além dos encaminhamentos metodológicos não trilhados, existem muitos caminhos teóricos de grande paralelismo ou mesmo de significativo imbricamento não percorridos.

Cabe estabelecer, então, uma diferença entre Geografia e pensamento geográfico (14). Sabe-se que o conteúdo temático atribuído ao rótulo "Geografia" variou bastante no decorrer da história. <sup>(15)</sup> Muitos pro-

blemas colocados no passado dentro de seu campo, não são aí encontrados na acepção moderna de suas atribuições. Por outro lado, questões tidas hoje como precipuamente geográficas não eram englobadas em definições pretéritas de seu universo de preocupações. Isto para não falar na origem cultural desse rótulo, num momento em que a história humana não se encontrava ainda mundializada. Observa-se, assim, uma grande variação na delimitação dos problemas próprios do estudo geográfico, não havendo uma coincidência entre os conteúdos definidos historicamente em momentos distintos. Poder-se-ia dizer que o "especificamente" geográfico é sempre fruto de uma visão do presente. Ao se tomar, por exemplo, os horizontes delineados atualmente pelo movimento crítico renovador, as formulações de Kant na Crítica da Razão Pura a respeito do espaço cujas colocações sobre a sociedade publicadas na Antropologia interessam mais à discussão do que sua obra denominada Geografia Física, cujo conteúdo é bastante estranho à ótica que se defende no presente.

A expressão pensamento geográfico procuraria dar conta dessa variedade. Partindo da aceitação consciente da perspectiva atual, buscaria detectar aquelas teorizações, efetuadas fora do rótulo geografia, que, contudo, versassem sobre a matéria atribuída no presente a tal disciplina. Dessa maneira, o pensamento geográfico extrapolaria os estudos explicitamente produzidos sob esta denominação, associando-lhes os trabalhos executados sem o recurso ao rótulo que trataram de questões postas na visão atual dentro de seu domínio. Massimo Quaini mostrou, exemplarmente, que a Geografia moderna ao se institucionalizar, sob a égide do positivismo, assimilou apenas uma das vias de discussão dos temas a que se propunha. A Geografia moderna, que aqui já na perspectiva de sua superação define-se como tradicional, retomou somente o enfoque naturalista de avaliação da realidade terrestre advindo da História Natural e da Geografia Estatística, deixando de lado a continuidade

de de inspiração vinda dos utopistas clássicos, dos ideólogos, de Rousseau e dos socialistas utópicos (16). Segundo esse autor, caberia na perspectiva crítica da atualidade retomar o estudo dessas fontes de inspiração "esquecidas" pela história oficial da Geografia, fazendo a "anti-história" do pensamento geográfico. Encontrar-se-ia neste material outras concepções para a análise dos fatos da superfície terrestre. Poder-se-ia adicionar discussões mais recentes, até contemporâneas, que os geógrafos passaram ao largo.

Vê-se que além do esmiuçamento do discurso geográfico tradicional e da pesquisa metodológica, a investigação de fontes de inspiração alternativas (de elucidação do objeto geográfico) também se coloca como um trabalho epistemológico. Reforça-se, assim, a relação entre a Epistemologia e a renovação crítica da Geografia. A construção de um saber geográfico crítico passa, inapelavelmente, pela realização de trabalhos nos três fronts apresentados: o do equacionamento crítico do passado, o do aprendizado metodológico e o de ~~uma~~ enriquecimento temático na compreensão do objeto.

Cabe aqui uma ressalva para evitar mal-entendidos. A construção de uma Geografia crítica da sociedade não se constitui numa empresa meramente epistemológica. O centro de tal processo, ao contrário, deve repousar na Ontologia. É o ser e não o discurso que deve atuar como elemento paradigmático. A realidade deve ser o parâmetro, e não sua representação. A relação entre o sujeito do conhecimento e o real é, entretanto, bastante mediatizada. Caso não se aceite o sensualismo ingenuo e o intuicionismo (a teoria do conhecimento do empirismo, poder-se-ia dizer) tem que se admitir mediações no processo do conhecimento. É, basicamente, no deslindamento dessas que a Epistemologia se revela um instrumento útil e eficaz. Ela propicia a ordenação da produção acumulada, tanto pelo conhecimento geográfico quanto por trabalhos afins (que sejam referentes à problemática do método ou do objeto), seu

tratamento crítico. A Epistemologia é vista assim como um instrumento de um trabalho de aproximação ontológica.

Entende-se que a construção da Geografia nova não poderá vir do trato direto com o mundo empírico. Tal encaminhamento - a crença que a teoria poderia fluir diretamente do trato com a empiria - foi a ilusão positivista do passado. A Geografia no momento atual ainda é plena de problemas e lacunas teóricas, poder-se-ia dizer de questões heurísticas. Sabe-se que a realidade não se demonstra diretamente ao sujeito, logo o trato imediato dos objetos sensíveis não poderá fornecer a solução para questões que se alocam no campo das mediações entre o sujeito e o objeto. Somente a investigação teórica poderá fornecer indicações. As explicitações lógicas, metodológicas e ontológicas, que requer o movimento crítico-renovador, não dizem respeito apenas à interpretação do material levantado pelo geógrafo no trabalho de campo. Está em questão todo o processo de conhecimento. Não basta, por exemplo, envolver num jargão marxista um material observado "positivisticamente" na realidade. O claro equacionamento das questões relativas à definição do objeto e método e à superação do conhecimento passado, ~~as~~ <sup>as</sup> condições preliminares para tecer uma explicação efetivamente nova da realidade em Geografia. Só este equacionamento pode evitar, inclusive, a perda de especificidade da análise geográfica(17).

A perspectiva de trabalho que se abre é considerável, constituindo-se fundamentalmente, nesse momento inicial, num esforço epistemológico. Vários caminhos deverão ser abertos, várias discussões deverão ser retomadas, várias perspectivas deverão ser investigadas. Vive-se um momento de busca, de aprendizado e de leituras. Urge ter audácia teórica, cultivar a dúvida, adentrar no novo e no complexo. Penetrar em outros domínios do conhecimento. Ser humilde, paciente e crítico. E exorcizar as simplificações. Como anima Milton Santos: "Certo, nós não mudamos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isto é importan-

te porque só assim poderemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro" (18).

#### NOTAS

- 1 - Mario de Andrade - "O Movimento Modernista" in Aspectos da Literatura Brasileira, Martins, São Paulo, 1974 (5ª ed.), pg.255. Uma contextualização e uma avaliação crítica desse artigo pode ser obtida em Carlos Guilherme Mota - Ideologia da Cultura Brasileira, Ática, São Paulo, 1977, pgs 105 a 109.
- 2 - Sobre esta ver: Enrique Eduardo Mari - Neopositivismo e Ideologia, Universitária, Buenos Aires, 1974. Para este autor o trabalho de Althusser sobre a produção de Marx seria um exemplo de tal epistemologia materialista.
- 3 - ~~XXXXXXXXXXXX~~ Ver o "Pós-fácio" de: Yves Lacoste - Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra, ed. mimeo., s/d, pg.134
- 4 - Entre os geógrafos brasileiros pode-se lembrar os trabalhos de Nelson Werneck Sodré, Roberto Lobato Correia, Rivaldo U. de Oliveira, Rui Moreira, Luis C. Bahiana e Antonio Carlos R. Moraes.
- 5 - Massimo Quaini - Marxismo e Geografia, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979, pg.13
- 6 - Ver: Yves Lacoste - Op.cit., cap. IX. Também: Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa - "A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço" in Milton Santos (org.) - Novos Rumos da Geografia Brasileira, Hucitec, São Paulo, 1982, pgs. 114-115.
- 7 - É o que se conclui da leitura do depoimento prestado por Jean Surret-Canale à revista Espaces-Temps. Depois de dizer que não conhece o marxismo e que os geógrafos comunistas, em geral, não se colocavam questões teóricas, afirma: "Eles se orientavam assim mais em direção ao estudo e levantamento do material concreto indispensável à elaboração política do Partido Comunista que em direção aos problemas teóricos de

sua disciplina (...) O próprio debate marxista também não reclamava uma epistemologia mais profunda". Jean Suret-Canale - "Géographe, marxiste", in *Espaces-Temps* n° 18/19/20, Paris, 1981, pg.13.

8 - Ver: Antonio Carlos Robert Moraes - "Historicidade, Consciência e Construção do Espaço. Notas para um debate", Texto apresentado na Conferência Regional Latinoamericana da U.G.I (Rio de Janeiro, 1982) e entregue para publicação do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, pgs,5-6.

9 - Ver: Milton Santos - "Alguns problemas atuais da contribuição marxista a Geografia" in Milton Santos - Novos Rumos da Geografia Brasileira, op.cit., pgs. 131-139. Agnes Heller coloca bem a postura frente a obra de Marx, ao dizer: "Marx, para nós, é uma tradição de vida, não uma escritura sagrada: é preciso levar em conta o período histórico em que ele escreveu; e devemos utilizar tudo o que, em seus escritos, corresponda às exigências de nossos modernos problemas políticos e sociais Para Mudar a Vida. Felicidade, Liberdade e Democracia, Brasiliense, São Paulo, 1982, pg.15.

10 - V.I. Lenin - El desarrollo del capitalismo en Rusia, Ariel, Barcelona, 1974, pg. 14.

11 - Jean Suret-Canale - Op.cit.,pg.18.

12 - Esse é o título do sétimo capítulo do livro citado de Lacoste. Também Quaini vai apontar a carência de "reflexão epistemológica" como uma das causas da crise da Geografia, ver: Marxismo e Geografia, ob.cit., pg.2

13 - Ver: Milton Santos - Por uma Geografia Nova, Hucitec, São Paulo, 1978, pgs. 97-100.

14 - Tal discussão encontra-se explicitada em: Antonio Carlos Robert Moraes - Contribuição para uma História Crítica do Pensamento Geográfico: A. Humboldt, K. Ritter e F. Ratzel, Dissertação de Mestrado apresentada ao Dep. de Geografia da Universidade de São Paulo, 1983, pgs. 26-37.

15 - "A Geografia antiga determina em grande parte a evolução de nossa ciência na Idade Média. Porém suas relações com a ciência moderna são bastante tenues". Paul Claval - Evolución de la Geografía humana, Oi-



kos-tau, Barcelona, 1974, pg.27-8.

16 - Massimo Quaini - A Construção da Geografia Humana, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

17 - Essa perda de especificidade levaria fatalmente o geógrafo dedicado ao estudo dos processos sociais a se tornar um sociólogo tímido, um economista capenga ou um cientista político pueril.

18 - Milton Santos v Pensando o Espaço do Homem, Hucitec, São Paulo, 1982, pg. 26.

Lia Osório Machado  
UPRJ

O conhecimento, o conhecimento para a ação, o conhecimento através da ação, a ação sem conhecimento, a dança fantástica do racional com o irracional são temas bastante antigos na cultura ocidental. O conhecimento abre caminhos enquanto fecha outros no espírito das pessoas, no universo humano. Gradualmente se torna mais clara sua natureza socialmente contraditória: arma letal e instrumento poderoso de libertação. Como saber de antemão? Hoje em dia é difícil um tempo para a reflexão justamente quando ela se torna imprescindível. Oferecer aos geógrafos essa oportunidade, a de refletirem sobre as questões do conhecimento mesmo que de maneira exploratória, me parece ser a contribuição fundamental (e pioneira na Geografia brasileira) desse simpósio.

Minha contribuição ao debate está centrada em duas ordens de questões: a primeira refere-se a algumas questões epistemológicas gerais inerentes a discussão do tema proposto; a segunda são questões específicas da Geografia, a partir das propostas do Professor Milton Santos. Lamento não ter recebido as contribuições dos outros dois participantes da mesa, escusando-me assim de comentá-las.

A primeira questão epistemológica geral é a relação entre filosofia e ciência. No passado a epistemologia era um dos ramos essenciais da filosofia, no tempo em que os grandes filósofos eram também criadores científicos e teóricos do conhecimento e quando, sem terem criado novas ciências, os filósofos refletiam em função das ciências como Platão a partir das matemáticas ou Kant a partir de Newton. No último século dois acontecimentos modificaram essa situação relativamente tranquila: de um lado a diferenciação progressiva do saber fazendo com que as principais novidades epistemológicas nasçam da reflexão dos indivíduos sobre as condições de conhecimento em suas próprias disciplinas e isso sobretudo por ocasião de crises que obrigam a uma refusão de princípios e de métodos; de outro, o desenvolvimento da filosofia da praxis a partir de Karl Marx e F. Engels.

Dentre as diversas visões contemporâneas da relação entre filosofia e ciência, não comprometidas com a filosofia da praxis, destaco aquela de Jean Piaget. Esse pesquisador centraliza seus estudos na psicogênese do conhecimento, e formula a epistemologia genética, caminho que me parece mais concreto porque destrói inúmeros argumentos metafísicos. Para Piaget um sistema filosófico tende a dar conta da totalidade da experiência vivida, o que é muito legítimo mas que apresenta o problema de ser mais uma atitude geral e de vida do que um problema do conhecimento. A ciência é mais limitada: seria um modo particular de conhecimento e, ao contrário da filosofia, nela existe a necessidade concreta de um acordo mínimo entre os sujeitos sobre um setor dado do conhecimento. Se esse acordo mínimo não ocorrer em cada momento (sem negar a possibilidade de mutação dos parâmetros desse acordo), estaremos no reino da mera "diferença de opiniões", o que negaria a razão de ser do conhecimen

to. É evidente também que um certo grau de objetividade e mesmo de honestidade intelectual impõe regras de controle e uma proteção contra as ilusões inerentes a observação em si ou seja o controle da improvisação individual.

As resistências em separar a epistemologia e a ciência da filosofia vem principalmente dos marxistas. A filosofia da práxis é um rompimento com a filosofia anterior (basicamente a filosofia clássica alemã); é a filosofia do ato (práxis, desenrolar), não do ato "puro" mas sim do ato "impuro", real, no sentido mais profano e mundano da palavra (Gramsci). Propõe a concepção historicista da realidade, uma nova "Weltanschauungen" (palavra alemã que significa "concepção do mundo"). Essa real concepção do mundo é a que resulta da atividade real de cada um, implícita no seu agir. O agir é historicamente condicionado tornando o cientista sempre o representante de um determinado grupo social. Nesse sentido o conceito de ciência é refeito. Sem negar a necessidade de critérios gerais que constituem a consciência crítica de todo cientista qualquer que seja a sua especialização, nega a separação entre filosofia da práxis e ciência (não da filosofia tradicional e ciência). Argumenta-se que a filosofia da práxis é ciência na medida em que inverte a concepção subjetiva da realidade (como coisa já dada, exterior ao indivíduo, restando a esse o ato de "conhecer" sem interagir com esse "exterior"), explicando-a como fato histórico, como "subjetividade histórica de um grupo social" (Marx). A filosofia da práxis, um desenvolvimento do hegelianismo, seria então a consciência cheia de contradições em que o próprio filósofo, tomado individualmente ou como grupo social inteiro, não só compreende as contradições mas põe-se a si mesmo como elemento da contradição, elevando este elemento a princípio do conhecimento e portanto também da ação. O método

geral da ciência (se existir) é a própria filosofia (da práxis). Não existiria um método-tipo aplicável a toda e qualquer pesquisa científica. Cada pesquisa tem um determinado método e constrói sua determinada ciência.

As resistências em separar filosofia e ciência vem manifestadamente também por parte de muitos do desejo de conservar um certo conjunto de valores sociais e morais contra os perigos das metafísicas da ciência assim como daqueles que rejeitam os efeitos do racionalismo com o irracionalismo.

A 2ª questão é a relação entre ciência e ideologia e decorre até certo ponto da relação que se estabeleça entre ciência e filosofia. As discussões estão centradas na questão do falso e do verdadeiro, da validade ou não validade, da contradição e da não-contradição, da objetividade. No passado recente a discordância era clara e acirrada entre os cientistas sociais tradicionais e os marxistas, aqueles acusando esses de falseadores dos fatos dominados pela ideologia enquanto os marxistas rebatiam denunciando uma ciência que era utilizada ideologicamente. Nas últimas décadas entretanto a discordância se deslocou para o campo interno do marxismo. Esses desacordos não são meramente acadêmicos, refletem pontos de vista divergentes da estratégia política marxista.

A ideologia é um meio de legitimar a dominação de classes (as idéias de cada época são as idéias de sua classe dominante - Marx) para um grupo de marxistas. Outros argumentam ser essa concepção de ideologia muito limitada e contrastam ideologias teóricas de ideologia na prática científica (Althusser, Castells etc.). Para outro grupo a questão é outra; a premissa do conhecimento científico não é a distinção ciência/ideologia mas a distinção entre as teorias que tem efeitos práticos revolucionários e

aquelas que asseguram o consenso político e a contenção. Henry Lefebvre, o filósofo dessa corrente, rejeita os argumentos anteriores que seriam de um marxismo determinista, afirmando que o marxismo não é ideológico na medida que permita e facilite os conflitos. Toda teoria é uma mistura de verdade e erro, não existindo uma distinção rígida entre ciência e ideologia, verdade e falso.

Um ponto de partida comum está despontando entre os estudiosos desse tema: existiria por parte do sujeito do conhecimento uma luta constante no sentido dele conseguir um certo grau de objetividade (que não pode ser confundida como uma ida ao objetopois existe uma verdadeira ruptura entre o conhecimento sensível e o conhecimento científico).

A 3ª questão, considerada como o problema central da epistemologia é estabelecer se o conhecimento se reduz a um puro registro pelo sujeito dos dados já organizador independentemente dele no mundo exterior (físico ou ideal) ou se o sujeito intervém ativamente no conhecimento e na organização dos objetos, como crê Kant para quem as relações de casualidade eram devidas a dedução racional e as relações espaço-temporais eram devidas à organização interna de nossas percepções sem que saibamos o que são os objetos independentemente de nós. Surge aqui novamente o problema da objetividade e do objeto. As representações que o pensamento pré-científico depois científico conduziram sobre um mesmo objeto através da história exclui, por causa das modificações mesmas dessas representações, a noção de um conhecimento por cópia desse objeto. O real, como diz Bachelard não se mostra, se demonstra. O objeto é conhecido através das ações do sujeito (de classificar, de construir relações, de quantificá-las) que, ao

transformar o objeto, chega a reconstituir as leis dessas transformações. A objetividade só é obtida em função de um longo processo em lugar de ser dada de saída como queria o empirismo (o objeto seria dado independentemente das ações do sujeito).

Quanto a intervenção ativa do sujeito no conhecimento, ela não se processa através da introspecção. É uma herança da filosofia de Platão e da lógica de Aristóteles projetar no real os resultados das operações da mente em lugar de refletir sobre essas operações, de manipulá-las enquanto instrumentos móveis e livres de transformação e de combinação (Piaget). O que interessa a epistemologia não é o que pensa o sujeito em sua consciência a respeito de um problema mas como o sujeito procede para adquirir essa consciência. Trata-se portanto da relação sujeito-estrutura das operações - objeto. A posição do pensamento dialético a respeito dessa questão parece-nos a mais luminosa e dinâmica e também a mais complexa: consiste em considerar o conhecimento como ligado a uma ação que modifica o objeto e esse conhecimento só é atingido através das transformações introduzidas pela ação. Sujeito e objeto situam-se no mesmo plano, não existindo entre eles uma fronteira.

A 4ª questão refere-se a discussão do que é teoria ou seja a distinção entre teoria tradicional baseada na lógica formal e no método empírico-analítico e a teoria crítica baseada na crítica da economia política e na dialética.

Para a teoria tradicional ciência significa um certo universo de proposições tal como surge do trabalho teórico, cuja ordem sistemática permite a determinação de um certo universo de objetos. A teoria seria um sistema fechado de proposições de uma ciência. De um lado, o saber formulado intelectualmente, e de outro um fato concreto: a explicação teórica seria estabelecer a re-

lação entre a percepção ou constatação do fato concreto e a estrutura conceitual do nosso saber. O conceito de teoria teria então uma fundamentação a - histórica.

Para a teoria crítica a diferença entre as escolas da ciência social que se dedicam mais a pesquisa exaustiva de fatos e outras que visam mais os princípios não tem nada a ver com o conceito de teoria como tal pois não existe diferença estrutural de pensamento entre elas. Os primeiros estão meramente convencidos de que, em vista da complexidade dos problemas sociais e do quadro atual da ciência, o trabalho com princípios gerais deve ser considerado como ocioso ou prematuro. Na medida que seja necessária a realização de um trabalho teórico isso ocorrerá através do manuseio crescente do material. Para o cientista na teoria tradicional a tarefa de registro, modificação da forma e racionalização do saber a respeito dos fatos é sua espontaneidade, é a sua atividade teórica. Qual a contraposição da teoria crítica?

1º - a sociedade é concebida como totalidade: o sujeito investigador concebe a existência social como uma totalidade que determina inclusive a própria pesquisa;

2º a exigência de adequação da teoria e do conceito em sua estrutura ao objeto e do objeto ao método só pode tornar-se realidade efetiva dialeticamente;

3º a inter-relação hipotético-dedutiva dos enunciados cede lugar a explicação do sentido, do significado; os conceitos de forma relacional são substituídos por outros que possam expressar ao mesmo tempo função e substância. Tais teorias apreendem o discurso científico de tal maneira que elas próprias são consideradas como momentos do conjunto objetivo submetido por elas à análise;



4º sendo indiscutível o fato de que não existe experimento capaz de comprovar a dependência de um fenômeno singular da totalidade é a dependência do específico observável em relação à totalidade que valida a teoria;

5º o nível de validade das leis dialéticas é amplo na medida em que elas não englobam relações particulares de funções específicas e contextos isolados porém relações fundamentais de dependência.

Esses dois últimos pontos levantam um problema: como descobrir as relações essenciais se elas só se dão a ver enquanto aparência? Uma interpretação do método de Marx diz que seu modo de análise se baseia em investigações empíricas rigorosas - do concreto real para a abstração. Ele teria usado um método que não é nem dedutivo (não há leis a priori com generalizações transhistóricas) nem indutivo (descoberta de regularidades no mundo das aparências não implica na essência subjacente). Seria um método "retro-dutivo". Esse método envolve a tentativa de explicar fenômenos observáveis através do desenvolvimento de hipóteses sobre causas subjacentes. As hipóteses não podem ser diretamente testadas pois referem-se a processos que permanecem escondidos na aparência.

Outra interpretação do método de Marx afirma que ele reconstrói a realidade em termos do sistema conceitual, o que permite que a essência da realidade seja conhecida através de abstrações analíticas de casos concretos.

A reconstituição do método da economia política se apoia principalmente na análise da obra principal de Marx, no Prefácio e no texto onde ele expõe o seu método. As discussões a respeito sublinham a necessidade de distinguir o modo de investigação do modo de exposição em qualquer trabalho científico e de se fazer

a distinção entre a "lógica-em-uso" e a "lógica reconstruída" (Kaplan) pois enquanto a primeira é aquela utilizada pelo cientista quando está atuando como tal, a segunda é formulada por filósofos e cientistas racionalizando a sua prática.

A 5ª questão se origina nos problemas epistemológicos específicos das ciências sociais. Ressalto apenas um: a necessidade de se utilizar trabalhos interdisciplinares nas ciências humanas. A Geografia se serviu generosamente da biologia como também da ecologia e da física nos seus fundamentos como disciplina, porém o riquíssimo avanço filosófico/científico experimentado por essas e por outras ciências nas últimas décadas tem sido pobremente avaliado pelos geógrafos até agora (com exceção da teoria dos sistemas). Cito como exemplo o desenvolvimento da mecânica quântica. A teoria quântica tem precisado de maneira notável a noção de estrutura. Pelo menos quatro noções da visão quântica do mundo (contraposta a newtoniana) me parece serem subsídios necessários para se pensar a evolução e hierarquização dos sistemas espaciais: a) a noção de energia como uma capacidade de interação mutável segundo o estado do sistema; b) a noção de escala quântica de energia, correspondente a ordens de grandeza diversas de energia de interação em jogo pode explicar a permanência relativa dos objetos (limiares de energia) assim como sua individualidade mostra que apenas algumas estruturas são possíveis; c) a negação da lei da entropia crescente; d) a mudança da noção de tempo, de quadro inerte onde se desenrolam os fenômenos, conceitua-se que para cada objeto o tempo é o ritmo de sua mudança ao se manifestarem suas ligações com todos os outros objetos.

A 6ª questão refere-se a tríade de atitudes epistemológicas e a possibilidade (ou não) de entrecruzamento delas. Frente

as realidades da história, da gênese e da evolução e, sobretudo, frente aos conflitos que elas suscitam quando nos confrontamos com a existência de estruturas, a interpretação pode se orientar em 3 direções distintas (Piaget):

- a primazia das estruturas em relação às gêneses, podendo conduzir até a um estruturalismo sem gênese, caso do platonismo, do apriorismo e da fenomenologia;

- a primazia inversa da gênese em relação às estruturas, caso do empirismo, do nominalismo e da identificação;

- uma coordenação das duas perspectivas, concebendo-se toda estrutura como o produto de uma gênese e toda gênese como decorrente de estruturas anteriores, caso da dialética.

A 2ª ordem de questões foi gerada numa apreciação parcial do trabalho do professor Milton Santos, uma fonte muito rica em material de reflexão para os geógrafos. Antes de iniciar o comentário gostaria de agradecer a honra e o prazer que representa para mim debater com Milton Santos, um mestre.

Ressalto inicialmente o comprometimento do trabalho com duas concepções que, me parece, orientam a sua epistemologia: a) a dialética da natureza onde a natureza é uma natureza humanizada mesmo quando o homem não está fisicamente presente e onde a explicação não é física mas social; b) a noção de totalidade, geralmente pouco compreendida talvez porque, como me referi antes, as hipóteses decorrentes não podem ser testadas pois referem-se a processos que permanecem escondidos na aparência e também porque raramente a totalidade é vista como uma questão para a geografia contemporânea.

O 2º ponto é o não-comprometimento com um único sistema de pensamento: há uma filiação mais estrita das propostas apre-

sentadas com as idéias de três filósofos modernos - H. Lefebvre, J. P. Sartre e L. Althusser. Do primeiro uma reflexão dialética e materialista sobre o papel do espaço no período histórico atual; do segundo uma reflexão sobre o ser e sobre o existente e do último a necessidade de se utilizar conceitos ou categorias possíveis de serem operacionalizadas (a teoria marxista das estruturas).

Essa abordagem eclética junta-se a um esforço contínuo e extremamente produtivo em transformar conceitos filosóficos independentemente de considerações ideológicas em formulações "geografizantes" (se é possível usar esse termo) da realidade.

Da série de propostas contidas no trabalho selecionei algumas que me parecem significativas para esse debate. A primeira é a busca de uma filosofia da Geografia, especificamente a Geografia seria uma filosofia das técnicas, definidas essas como o conjunto de meios de toda espécie que o homem dispõe dentro de uma organização social, econômica e política para modificar a natureza física ou alterada pela ação do homem. A 2ª proposta é conceitual: definir o espaço como um conjunto indissociável do qual participam de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais (fixos, coisas) e de outro lado, a vida que os anima ou a sociedade em movimento. A 3ª proposta refere-se ao uso operacionalizável das categorias de estrutura, conteúdo, função e forma pela Geografia social. A 4ª proposta seria compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global. A 5ª proposta é a distinção necessária entre paisagem e espaço.

Frente a essas propostas formulo duas questões. A primeira é a seguinte: na visão marxista e neo-marxista a sociedade é o objeto, é a totalidade; a essência da realidade estaria nas relações sociais estabelecidas a partir do processo de produção, justi

ficando-se a ciência pelo seu comprometimento com a ação política. Nesse caso não haveria necessidade de teorias particulares. Como um geógrafo comprometido com a dialética da natureza e a noção de totalidade justificaria uma ciência e uma teoria do espaço? Me parece ser esse um ponto contraditório, mais próximo da noção de que a ciência é um conhecimento particular e não abrangente como quer a filosofia da praxis.

A segunda é a questão do espaço como objeto de conhecimento. A Geografia não é conhecimento de um espaço "puro", um espaço exterior ao sujeito do conhecimento. Não seria mais adequado considerar então como objeto do conhecimento as questões que envolvem o espaço (espaço mediador) e que se revelam para os grupos sociais enquanto tal e não considerar como objeto o espaço propriamente dito? A sua própria definição de "espaço como campo das relações contraditórias entre objetos materiais fixos de natureza geográfica (físicos e sociais) e a vida que os anima" é nesse sentido pois não desloca o sujeito (do conhecimento) para um plano exterior e superior.

Um comentário final a respeito do tema em debate: porque opor o marxismo a epistemologia? Marx procura demonstrar através da crítica da economia política que a única filosofia possível é a filosofia da praxis ou seja o conhecimento científico é válido pelo que oferece para a ação política e uma ação política histórica, contra a dominação de classe. A construção da questão fica em segundo plano. Aceitar isso como dogma é negar justamente a dialética materialista porque induz o pensamento a uma "única verdade possível", a ciência de um lado. E mais, além de induzir ao que Sartre denominou de imperialismo de uma suprametodologia,

possibilita o uso abusivo de conceitos marxistas sem em nenhum momento utilizar a dialética materialista ou não, reduzindo o poderoso instrumento que é o pensamento de Marx a uma série infindável de crenças.

Cabe-me agradecer a colegas e organizadores a oportunidade de participar deste debate. Embora não venha tratando do assunto de forma mais assídua, pelo menos até agora, no entanto o tema sempre me apaixonou, de modo que me encontro aqui com muito prazer.

Portanto é engano supor que a preocupação com as relações geografia moderna/filosofia tivessem surgido apenas recentemente. O livro de Camille Vallaux, Les Sciences Géographiques (1), da década de 20, abre com a citação de Strabon de que "a Geografia é um assunto da Filosofia. Na década de 40 se ensinava "princípios" da Geografia, os da distribuição, extensão, conexão e causalidade, uma preocupação de pensamento lógico; eu não conseguia entender então a causalidade como um princípio da Geografia, pois, seria de qualquer ciência.

Geógrafo dos mais antigos, pratico-a desde 1942, posso afirmar que desde o início procurei verificar a relação entre minhas atividades geográficas e posições filosóficas. E nos anos 70, quando rotulado de "quantitativo", discutia apaixonadamente com colegas que na época assumiam a "quantitativa" sobre o conceito de região: que a "região" não podia ser encarada como simples construção subjetiva, pois ela refletia uma realidade objetiva. Este posicionamento se originava de uma postura filosófica, a de que nosso conhecimento reflete uma interação objeto/sujeito, a presença material dos objetos antecedendo o sujeito.

Quanto à introdução da Geografia "quantitativa" no País, tendo reconhecido suas limitações enquanto ahistórica, prevê, no entanto, e corretamente o papel que alcançaria a médio prazo, depois de se confrontar com a chamada geografia "tradicional". Si quizerem era como si alguém, conhecendo os limites do evolucionismo, estimulasse o ensino do Darwinismo numa comunidade onde ainda existisse o preconceito mais primitivo. Pois na verdade, a maioria dos geógrafos tradicionais repetia formalmente os princípios acima mencionados, tendo maior envolvimento com questões de lógica e que a matemática provoca.

Nos meus tempos de jovem, o interesse pela Filosofia ou pela Lógica se originava de tendências para superar tradições calcadas numa religião cuja prática também já envolvia posturas filosóficas. Este interesse refletia inquietações culturais, ideológicas, políticas que se rebatiam sobre a Geografia, não partiam dela. Acredito que para muitos geógrafos mais moços, que passaram pela "quantitativa" a experiência foi diversa: os apelos da quantitativa por uma estrutura lógica, pelo método científico, seriam elementos de ruptura tais, que quando as limitações da quantitativa se tornaram visíveis e ela foi superada, não havia mais volta à geografia tradicional. Não é por acaso que aqui, como no exterior, são numerosos os geógrafos relativamente jovens que, depois de passar pela quantitativa passaram a participar na liderança do movimento de uma geografia "renovada", para usar o termo proposto por Milton Santos. Em outras palavras, sem negar ou-

\*Trabalho apresentado ao Seminário Filosofia e Geografia da AGB Seção do Rio de Janeiro, patrocínio CNPq, em 26/11/83.

tras influências, como a da evolução política, direi que para muitos geógrafos mais jovens, o caminho foi de enveredar para problemas filosóficos a partir da prática geográfica.

Deste modo, se no passado diversos geógrafos se preocuparam com as relações entre a sua ciência e a filosofia, contudo não trataram de estabelecer de forma sistemática a análise destas relações como um objeto em si, tal como se pretende fazer neste Seminário. Vivencio pois na prática a diferença entre filosofia e epistemologia: no passado, enquanto preocupação filosófica, procurava-se certa coerência interna entre a metodologia do trabalho geográfico e o sistema filosófico subjacente, sem contudo, explicitá-lo. Observe-se aliás, que mesmo nas décadas de 1940 e 1950, a permissividade quanto à divulgação de diversas correntes de pensamento praticamente não existia. O importante era o sentido ideológico contido e as práticas indicadas pelo trabalho; hoje a preocupação com a história da geografia, com os seus métodos, suas relações com a história do conhecimento, implica numa atividade de epistemologia. Foi isto que faltou nas décadas passadas, estabelecer de forma explícita a relação entre o conhecimento geográfico que estava sendo produzido e as teorias do conhecimento então existentes.

Nesta altura é provável que alguém observe que meu papel não é de expositor, mas, de debatedor. Como é usual, porém, expositores não entregam trabalhos nos prazos e o debatedor acaba organizando suas próprias idéias. Finalmente tive o prazer de receber o trabalho do nosso caro Milton Santos há alguns dias, o único texto cujo conhecimento tive antes da apresentação oral. Procurei então entrosar minhas observações já preparadas com comentários ao trabalho do Milton Santos, esperando que o resultado não seja o de um conteúdo sem forma, o "conteúdo informe" de que fala Henry Lefèvre.

Quero registrar que me é particularmente grato debater esta matéria com o Milton. Foi assim que nos conhecemos, em Belo Horizonte, há "alguns anos", debatendo numa reunião da A.G.B., e desde então, estou certo que é mútuo, há um carinho pessoal de um pelo outro. Este sentimento se formou naquela reunião, numa situação em que estabelecemos a solidariedade das "minorias".

Torna-se desnecessário me referir à elevada qualidade do trabalho apresentado por Milton Santos, os que o ouviram ou lerem poderão verificá-lo. Portanto, discutirei alguns pontos do mesmo, ligando-os a notas preparadas por mim previamente. Estes pontos, grubei-os em tres conjuntos, seguindo a forma pela qual, me parece, o documento do Milton está organizado:

- 1- Questões pertinentes à interpretação da atual mundialização.
- 2- Questões relacionadas ao objeto da geografia e suas ligações com a epistemologia.
- 3- Questões da utilização da ciência como instrumento de política.

#### 1. Questões pertinentes à interpretação da atual mundialização.

Afirma Milton Santos que a atual mundialização do espaço abre maiores possibilidades de maturidade geográfica e de desenvolvimento das ciências sociais em geral. Concordando



com este posicionamento do autor, queremos no entanto aprofundar a questão, acrescentando alguns fatos da história da geografia, particularmente no Brasil.

Como é que esta globalização vai influir na maturidade geográfica? Pela tecnologia que a dirige, permitindo a informação simultânea, um leque maior de quantidade de dados, maior número de relações? Porque outras ciências atingiram etapas mais avançadas na construção do corpo teórico muito antes da atual mundialização? O pensamento filosófico sobre o qual assentam as novas propostas para a geografia já não estavam presentes há tanto tempo?

O próprio autor reconhece que a evolução não foi idêntica em Geografia Física e Geografia Humana e, como afirmei, o princípio da conexão já implicava numa visão global do planeta. Por exemplo, em 1956, durante o Congresso Internacional de Geografia do Rio de Janeiro, os russos, por conhecidas razões, não trouxeram muita coisa em Geografia Econômica, no entanto, em Geografia Física apresentaram a teoria da Zonalidade, que compreendia uma visão global do planeta (2).

A mundialização do espaço não significa apenas ...uma verdadeira redescoberta da "Natureza"..., mas a expansão do mercado e, neste sentido, foi a Geografia Quantitativa com os seus modelos de organização do espaço que primeiro teve vez. E foram os mesmos argumentos de aumento de relações, enorme leque de variáveis, por ela utilizados para justificar suas técnicas. Esta é uma razão para eu não concordar com a afirmação da página 9 do documento do Milton, de que a Geografia ...fundada na economia neo-clássica - portanto a-espacial... era chamada a negar-se a si mesma... Como esquecer que a quantitativa recuperou a teoria de von Thunen, os exágonos de Christaller? Assisti pessoalmente uma reunião de geógrafos franceses onde, fazendo sua auto-crítica, Yves Lacoste reconheceu que seu livro Les Pays Sous-Developpés fora escrito na forma histórica, mas sem um tratamento espacial, e que ele creditava a revalorização das formas espaciais e a percepção de sua falha mencionada.

É insuficiente considerar apenas o progresso técnico para o desenvolvimento de nova etapa da Geografia que, ao negar a quantitativa (que um dia também se propôs a ser teórica ou teorética, mas com base na lógica formal), deverá no entanto integrá-la. Torna-se necessário tomar em conta a) a retomada do pensamento filosófico desenvolvido bem antes da atual mundialização e b) aspectos históricos das relações da sociedade com o espaço.

a) No Brasil, a quantitativa correspondeu à ascensão da economia industrial e urbana e à sua maior internacionalização. O domínio institucional anterior da chamada "Geografia tradicional" correspondeu à fase em que se enfrentaram as forças do Brasil agrário tradicional e as que lutavam pela industrialização. No caso brasileiro, a maior parte dos geógrafos tradicionais de 1940-50 estava vinculada à cultura do Brasil dominada pela economia mercantil, mas havia geógrafos cujos trabalhos refletiam a ascensão da industrialização (Lino de Mattos) ou do trabalhismo (Veríssimo da Costa Pereira, João Dias da Silveira). Havia também trabalhos geográficos calcados no pensamento marxista, inclusive de um conhecedor teórico como Caio Prado Junior; tratava-se de um grupo pequeno sujeito a fortes pressões. Como já afirmei, naqueles tempos o debate não girava em torno de formulações

explícitas sobre uma teoria do espaço, embora a questão estivesse sempre implícita, quando eram discutidos os métodos ou os problemas sociais do País. Verdadeiramente não existe uma teoria geográfica do espaço e sim uma teoria do espaço. Questões como as de espaço absoluto e espaço relativo, produção social de espaço, forma e conteúdo, não são da geografia, mas da filosofia, ou, da ciência como um todo, embora este conhecimento possa encontrar elementos nos aspectos geográficos do espaço. As teorizações sobre o espaço, como as de Lefêvre por exemplo, não podem ser creditadas a uma determinada disciplina, mas ao conhecimento em geral (3). Pode haver uma preocupação específica com o espaço geográfico concreto em suas relações com a teoria geral do espaço, mas isto não significa uma teoria geográfica do espaço. Por outro lado, qualquer trabalho geográfico terá sempre subjacente uma determinada concepção do espaço. Parece-nos que um aspecto da Quantitativa foi justamente o de substituir a totalidade (o Mundo Quadridimensional? (4)) pelo sistêmico, dividindo o espaço em econômico, geográfico, social, etc.

Portanto, nas décadas de 40-50, a questão epistemológica encontrava-se implícita nos modos de se abordar o Brasil: ou concentrando-se no historicismo das formas geográficas, ou voltando-se para os processos históricos e suas relações com as formas geográficas. A nível político, as diferenças residiam no enfoque dos problemas sociais brasileiros e nas posições de "neutralidade" ou de engajamento do trabalho.

O confronto ideológico tomava diversas formas: Aroldo de Azevedo estabelecia a regra de que um estudo de cidade devia começar por um capítulo "Sítio e posição" (e não por exemplo pelo seu processo histórico), devendo ser evitada a sua publicação nos Anais em caso contrário (Assembléia da AGB de Belo Horizonte); Frois de Abreu deu parecer (1954) contra a publicação na RBG de um trabalho (em que participou Regina Rochefort) que tratava do papel de setores da classe média da cidade do Rio de Janeiro na formação de laranjais na Baixada Fluminense, em torno da periferia metropolitana, um autêntico estudo do que seria chamado hoje da produção do espaço geográfico. O trabalho foi taxado de "cunho sociológico" e não geográfico (5); por serem considerados marxistas, Pierre George (apesar de opinião em contrário de artigo recente (6)) e Jean Tricart não tiveram acesso à antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e à Faculdade da USP para realizarem conferências ou cursos. Eles iriam consegui-lo mais tarde, quando se estabeleceu a aliança com a geografia tradicional contra a quantitativa.

Nas décadas de 40-50 os geógrafos de vanguarda tinham como objetivo o avanço do capitalismo no Brasil, através da participação nas propostas então levantadas de reforma agrária e de industrialização. A superação das formas pré-capitalistas seria uma etapa histórica indispensável e o Estado teria um papel preponderante no processo através do planejamento. Realmente, o Brasil atingiu o objetivo de se industrializar e urbanizar no contexto da expansão do capitalismo e, deste modo abriu-se o campo para a geografia quantitativa. Esta, de um lado, "ignorou" a filosofia marxista, isto é, não tomou uma posição explícita sobre o assunto. Note-se que um de seus fundadores foi Bunge e que ela se difundiu nos chamados

países socialistas. No trabalho apresentado em Fortaleza, Carlos Augusto Monteiro tentou encontrar identidades entre as linhas marxista e funcionalista (7). De outro lado, a quantitativa contradisse em certa medida, e explicitamente, a geografia tradicional utilizando-se do funcionalismo, da teoria geral dos sistemas. Nos fins dos anos 60 e começo de 70, a oposição se apresentou na questão de uma geografia "neutra" ou comprometida com o planejamento.

No contexto da urbanização e industrialização que se desenvolveu no País nas últimas décadas, alargaram-se as atividades científicas e culturais em geral, incluídos os campos da Filosofia e da Epistemologia. Nestas condições vem se observando o desenvolvimento de atenções mais permanentes, de cunho acadêmico, sobre as relações entre a Geografia e a teoria do conhecimento, o que dá margem à superação e integração da fase quantitativa e níveis mais elevados de maturidade.

b) Pensamento lógico, emoções, sentimentos, são atividades simultâneas da mente humana, presentes nas relações do homem com o seu espaço. Desde os tempos imemoriais o homem se reúne em grupos e os grupos se ligam a um dado território que passa a ser o espaço de representação deste grupo. O espaço geográfico tem servido assim, simultaneamente de suporte técnico para os processos produtivos, nos quais se manifesta a atividade lógica, e de instrumento ideológico e político que canaliza as atividades emotivas e sentimentais. Sentimentos e emoções em relação aos "lugares" (8) tomaram inclusive a forma religiosa, expressando os mistérios em torno do tempo e espaço. Enquanto a vida de cada indivíduo é relativamente curta, o "lugar", como o grupo ao qual o indivíduo pertence parece duradouro, o espaço como a cristalização de tempos de que nos fala Milton Santos. Lugares tem nomes próprios como pessoas e deuses. Na religião judaica por exemplo, a palavra "Jeová", o nome de Deus, é formada de uma contração do verbo ser, em hebraico, nas conjugações do passado, presente e futuro: o que "foi", "é" e "será"; mas dado o mandamento "e não pronunciarás o meu nome em vão", a tradição judaica é de não pronunciar a palavra "Jeová"; resulta que em orações é comum a palavra ser substituída por outra, como Senhor, "o nome" e "o lugar". Lugar como "apelido" de Deus!

Historicamente, a população humana viveu inicialmente muito dividida, cada grupo agarrado a seu lugar. Ao longo do tempo foram surgindo organizações sociais de maior extensão espacial, até chegar à dimensão sub-continental de diversas nações modernas. Foram se intensificando a mobilidade espacial dos indivíduos e as conexões, mas a projeção da sociedade humana sobre o Globo continua sendo a de uma Terra dividida.

Ora, o objeto da Geografia, o espaço geográfico, tendo sido assim fracionado e tornando-se instrumento ideológico explícito para a prática social, não é de se estranhar que a própria Geografia sofresse estas cargas. É por isso que na Geografia Física, que não lida com fronteiras humanas, os obstáculos para assumir uma visão global foram menores. Outro obstáculo defrontado pela geografia moderna foi que, tendo estabelecido o globo terrestre como seu objeto específico, este imenso Globo não podia ser visto de uma só vez pelo observador. (Camille Vallaux tem um capítulo sobre este tema). A cada momento o homem

são alcança o espaço delimitado pela linha do "horizonte", o espaço da "paisagem". Aqui já se encontra posto o problema das escalas, a questão do singular (o lugar observável) e do universal (o Globo). Não soube a Geografia perceber no passado, que a dificuldade de se ver simultaneamente um lugar e a Terra reproduzia a questão do singular e do universal como momentos, nos quais ora um é concreto e o outro abstrato e vice-versa. (Num do momento, o lugar em que estou me parece concreto, e o planeta é como uma abstração. Vista da Lua, a Terra se afigura concreta e os lugares são como que abstrações). Considerando os dois, o singular e o universal, no mesmo momento, e portanto ambos concretos, no mesmo instante, a Geografia concluiu pela dualidade, a dualidade da Geografia Geral e da Geografia Regional. A contra-partida abstrata se transformou por outro lado num comprometimento com a idéia de um espaço absoluto.

No entanto, a visão de interesses comuns da humanidade, numa escala universal, também é muito antiga, foram anunciados pelos profetas. Mas, foi com a evolução social e o aumento das conexões planetárias que houve margem para a constituição de ideologias estruturadas e de instituições em torno do caráter universal dos homens. Caberia aqui discorrer sobre o significado da urbanização do Mundo, as novas formas das relações sociais que compreende, as contradições com a regionalização tradicional, mas que o espaço não permite. Atualmente, assiste-se a manifestações de massas, nas áreas urbanizadas de diversos países do Mundo desenvolvido contra o perigo da destruição atômica do planeta. O fato é que se vai tomando mais intensa a representação da Terra como um todo e este é certamente um outro elemento para a maior maturidade da Geografia.

## 2. O objeto da Geografia e a Epistemologia.

Serão abordados tres itens tratados por Milton Santos e que dizem respeito às questões a) das categorias, b) do universal e do particular e c) da forma e do conteúdo.

a). Na página 9, Milton considera como "categorias filosóficas" a "forma", as "funções", o "processo", a "estrutura" e outras.

Em linguagem comum a palavra "categoria" significa simplesmente uma distinção entre objetos, uma classificação. Na Filosofia ou na Lógica, no entanto, tem significado preciso, histórico.

Na Lógica Formal (9), "termos" são palavras que entram nas ligações lógicas para formar as frases. Quando anuncio "Antônio fez um grande investimento em cavalos" não estou interessado em saber si "cavalo" é ou não ruminante, mamífero, etc.; não estou interessado em conceituar "cavalo", mas relacionar cavalo com investimento. Por isso se trata de um "termo" de uma frase, vem de terminus, limite, porque se está fora do interesse de conceituar cavalo, ou melhor, no seu limite.

O "termo" se transforma em "conceito" quando a palavra "cavalo" assume uma extensão, estou pensando em todos os cavalos, e uma compreensão, penso no conjunto de qualidades possuídas pela coisa cavalo: vertebrado, mamífero, ruminante, pata não partida,.....

Promulga a Lógica Formal: o termo mais extenso possui compreensão mais pobre. Na filosofia de Aristóteles, no limite superior da extensão ficavam os "gêneros" ou "categorias", a mais extensa sendo o "ser", de extensão absolutamente geral e de compreensão nula. O fogo, por exemplo, era uma categoria para os gregos, porque não conheciam os processos da combustão, não podiam conceitua-lo. Categoria é pois uma expressão filosófica da lógica formal.

Parece-me, que na lógica dialética aplica-se o termo categoria aquilo que tem origem ontológica. "Trabalho", por exemplo, sendo uma capacidade teleológica do homem, seria uma categoria (10). Apresenta-se pois o problema de em Geografia distinguir o que é categoria, conceito e objeto, isto sem mencionar a necessidade de distinguir categorias filosóficas de categorias de análise.

b) Esta questão da extensão e compreensão dos conceitos nos conduz à questão de objetos em diversas escalas.

Ao contrário da lógica formal, a dialética considera objetos de extensão diversa unidos dialeticamente, como no caso do lugar e do Universo. Por isso na lógica dialética não se aceita que quanto maior a extensão menor a compreensão e vice-versa. Se aprofundo meu estudo sobre gatos passo a saber mais sobre mamíferos e vice-versa. Do mesmo modo o estudo mais aprofundado de lugares alarga o conhecimento do Universo, é o que justifica os "estudos de caso". (Pierre George definia a Geografia como o estudo da interpenetração de fenômenos de escalas diferentes sobre a superfície terrestre (11)).

Milton Santos coloca bem a questão da universalidade existindo através dos lugares e os lugares sendo determinados pelo universal. Esta unidade entre o particular e o universal corresponde à unidade entre os contrários, entre o concreto e o abstrato. A humanidade, por exemplo, é uma abstração num dado momento, o que há de concreto, são os indivíduos. Mas só existem indivíduos porque a humanidade existe e os determina. Como se dá o movimento? Enquanto vivos, os indivíduos são concretos fenomenologicamente, a humanidade é uma abstração. Mortos, os indivíduos passam a abstratos e a humanidade permanece como um fato concreto. É neste mesmo sentido que Terra e lugares se movimentam.

O autor diz que ...quanto mais os lugares se universalizam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, "únicos"...Sem explicitar, o autor toca assim na questão do particular e do singular, que é exatamente a questão da Lei Zero. Quando as características que definem um indivíduo são infinitas, não se trata mais de um particular, mas de um singular. Dizer um "francês" é nomear um particular, que ainda pode ser conceituado; mas dizer Einstein é falar de um singular, que não pode ser conceituado, pode ser descrito. (12). Do mesmo modo, no universo urbano, metrópole é um particular que pode ser conceituado, mas não posso conceituar São Paulo, posso descrevê-la. Em Geografia tratamos tanto do universal, como do particular e do singular. Daí a importância tanto em conceituar quanto em descrever.

c) Quanto à questão forma e conteúdo, afirmações sobre a inseparabilidade dos dois é lugar comum pertinente a qualquer ciência. Para aprofundar a questão em Geografia, parco-

me, deve-se ver a diferença entre "cada conteúdo tem uma forma" e "dar conteúdo a uma forma".

O primeiro ato na identificação de objetos consiste em identificar formas, sejam objetos materiais, sejam simbólicos, como as letras do alfabeto. A estas formas são atribuídos ou referidos conteúdos. O primeiro gesto na manipulação da natureza é criar uma forma. Vejo uma forma de forquilha num galho de árvore e quebro o galho. Tenho agora uma forma nas minhas mãos, momento em que nego o galho, instante em que a forma se desproveu de conteúdo. Este momento é tão importante como como é o zero para a série de números (13). Num segundo momento esta forquilha poderá se transformar, ou num ornamento que penduro na parede, ou numa atiradeira. (Os judeus tem o hábito ao visitar túmulos de entes queridos apanhar qualquer pedrinha encontrada no chão e coloca-la sobre o túmulo, em gesto simbólico. Neste movimento, a pedra é primeiro negada, para se transformar num objeto mágico).

Deste modo não se deve subestimar quando o primeiro gesto da Geografia for simplesmente o de identificar formas, as formas de objetos concretos da Geografia Física, ou as formas concretas e abstratas (os países, as regiões) da Geografia "tout court". E não é por acaso que a Geografia é uma atividade muito antiga, na medida que compreende estes gestos primeiros de identificação de formas.

As formas não sendo permanentes, e nem todas sendo dadas, suas mudanças refletem mudanças de conteúdo. A epistemologia dialética diz que a formação de um conceito express, não só o desenvolvimento do conhecimento, mas também a ação do homem; quando se estabelece o conceito de "casa" é porque se constroem casas. Portanto, conceitua-se região ou cidade porque se estabelece regiões e se constrói cidades. Cabe à Geografia não só identificar a evolução das formas no espaço geográfico, mas contribuir para estas construções. Diz Lefèvre que verdadeiras mudanças sociais só existem quando podem ser reconhecidas modificações nas formas do espaço desenhado, pela sociedade considerada. (14). Certas formas são "essenciais" para um conteúdo; a forma cone é essencial no vulcão. Mas há formas não "essenciais", por exemplo, um nariz arrebitado ou aquilino não é essencial para caracterizar o conceito homem.; definirá apenas "tipos". Na geografia é muito comum encontrar a preocupação com a identificação de tipologias. É necessário pois estar atento a estas diferenças epistemológicas entre essência e tipo.

### 3. A Ciência como instrumento de Política.

Este tema aparece no texto de Milton Santos logo no início. Desta forma revela-se a prática política do autor, sem que, antes, haja uma discussão sobre o paradigma epistemológico proposto como base para a geografia e suas implicações ideológicas. Resulta que uma questão como a da universalização das técnicas e sua "adequação aos diversos lugares" não é suficientemente explicitada.

a) A adequação de técnicas a diferentes meio-ambientes pode assumir simplesmente a forma

de um "tipo" dentro da mesma técnica. Por exemplo, usar o álcool em vez da gasolina não significa uma diferença essencial quanto à posição que deve ocupar o automóvel na economia. Por outro lado, adequar uma tecnologia a uma determinada situação sócio-econômica pode ter o propósito de preservar uma situação, contra as mudanças, ou pelo contrário, de contradizê-la e provocar o conflito. O que não foi o confronto entre o "Brasil, país essencialmente agrário" e o "Brasil desenvolvimentista" mencionado no começo deste documento, sinão um exemplo de luta por mudanças ou preservação de situação, e que compreendia a introdução ou não de tecnologias pela extensão ao Brasil de um processo universal de industrialização? Pode assistir em Crato-Juazeiro do Norte a resistência dos empresários locais tradicionais, detentores de poderes locais e regionais-estaduais, à entrada de novos empresários com suas indústrias em novos setores, porque mudar-se-ia o equilíbrio social então vigente (meados dos anos 70). Em estudo recente, Fernando Rezende e Flávio Castelo Branco (15) apontam para o fato de que os serviços de infra-estrutura urbana, como a coleta de lixo, são realizados em diversos municípios brasileiros pobres, com técnicas capital-intensivas, quando poderiam perfeitamente serem executados na forma trabalho-intensiva, absorvendo mais mão-de-obra. É evidente que este correto posicionamento representa uma tática adequada a uma dada situação, mas não significa que, em qualquer lugar do Mundo, deva a coleta do lixo preencher um tempo maior dos indivíduos.

Neste sentido, a valorização dos lugares se faz pelo que significam para o Universal. O valor de Ouro Preto é medido pelo que de Universal ela contém

b) Quando Milton Santos critica uma geografia "utilitária", entendo que ele não descarta o fato de que são as necessidades sociais que guiaram o desenvolvimento científico e não o contrário. Suponho que ele se refere à necessidade de uma postura crítica, que não se deve estar simplesmente a serviço de um poder. Mas, como conciliar esta posição com a proposta de "um campo de ciências sociais que vai dirigindo a história a serviço da humanidade"... Como dirigir e criticar? Como dirigir sem uma fonte de poder e que fonte seria esta?

E que quer dizer com "ciência autônoma"? Certamente não propõe a separação da produção científica de outros setores da vida social. Certamente quer se referir seja à interferência burocrática na gestão da produção científica, seja ao jogo de poder praticado pelos próprios cientistas, inclusive, no trato da gestão das instituições.

Voltando à questão do "campo de ciências sociais dirigindo a história": será que atualmente alguma política de governo se faz sem o recurso a teorias econômicas e sociais? Ou sem a participação nos altos escalões de indivíduos que alternam estes altos postos com cátedras universitárias? Qual pois o significado desta frase? Como conceber uma "ciência autônoma" que vá dirigindo sem uma força de sustentação do poder? Que fonte de poder é esta? Qual a base filosófica, e qual a sua ideologia, para dar margem a esta proposição?

## Notas.

- (1)- Está para ser feito um estudo sobre um autor como Camille Vallaux, cuja obra é diferente em relação ao que produzia então a Escola Possibilista Francesa.
- (2)- Por exemplo, A.A. Grigoriev, "Sur l'état contemporain de la Théorie de la Zonalité dans la Nature" Essais de Géographie, Académie des Sciences de l'URSS, Société de Géographie de l'URSS, 1956.
- (3)- Veja por exemplo a obra La Production de l'Espace, Paris, Anthropos, 1976.
- (4)- A respeito do conceito de Mundo quadridimensional, o que é diverso do que dividí-lo em objetos de quatro dimensões, veja por exemplo em Hugh M. Lacey, A Linguagem do Tempo e do Espaço, Coleção Debates, São Paulo, Ed. Perspectivas, 1972.
- (5)- Graças a Luís de Souza, Presidente do Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro do então Conselho Nacional de Geografia, o artigo foi publicado: Regina Pinheiro Guimarães Espindola e Pedro P. Geiger "Notas sobre a Evolução Econômica da Baixada Fluminense, Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, (4), 93:102, Diretório Regional do ERJ, CNG, IBGE, 1951
- (6)- Arivaldo U. de Oliveira, "O Econômico" na Obra "Geografia Econômica" de Pierre George: Elementos para uma discussão, Boletim Paulista de Geografia, (54)41:50, São Paulo, junho 1977.
- (7)- Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Apontamentos para uma Avaliação da Geografia no Brasil 1934-1977, mimeo, São Paulo, 1978.
- (8)- Veja a propósito os trabalhos de Yi-Fu Tuan, como Topofilia, São Paulo, Difel, 1980.
- (9)- As referências à lógica foram baseadas em Henri Lefèvre, Logique Formelle, Logique Dialectique, Paris, Editions Sociales, 1947.
- (10)- James Stolzman and Herbert Gamberg, "Marxist Class Analysis Versus Stratification Analysis as General Approaches to Social Inequality" Berkeley Journal of Sociology, :105-125, s. n. t. xerografado.
- (11) Veja a propósito o 1º capítulo, Problems, Doctrines et Methodes 1-14, de Pierre George et alii, La Géographie Active, Paris, P.U.F., 1964.
- (12)- Henri Lefèvre, op. cit.
- (13)- Idem
- (14)- Em La Production de l'Espace.
- (15)- Fernando Rezende e Flávio Castelo Branco, "O Emprego público como instrumento de Política Econômica", IPEA, Aspectos da Participação do Governo na Economia, Micrografia nº 26, IPEA, 35:76, 1976.



DIALÉTICA E GEOGRAFIA

# A DIALÉTICA E A SUA INTRODUÇÃO NA GEOGRAFIA\*

Wanderley M. Costa\*\*

## ÍNDICE

Introdução	p. 1
Breve Resumo Sobre as Origens da Dialética	p. 4
Kant e a Dialética Transcendental	p. 5
Hegel e a Dialética: O Ser como Idéia, a Contradição e o Movimento	p.10
Marx, Engels e o Materialismo Dialético	p.16
A Dialética e a Possibilidade da Teoria Em Geografia	p.22
Bibliografia	p.29

---

\* - Trabalho apresentado no Seminário sobre Filosofia e Geografia, 25/27 de novembro, Rio de Janeiro - 1983 -

## INTRODUÇÃO

Quer tomemos a dialética como técnica sofisticada do discurso (ou arte do diálogo) - conceito e prática que vigoraram entre muitos dos clássicos gregos -, ou parte da lógica transcendental - como foi desenvolvida em Kant -, ou forma superior do pensar e da reflexão - assim concebida e desenvolvida por Hegel - ou como método de interpretação e o modo do devir histórico - assim pensada por Marx e Engels e assim vulgarizada por este último e os marxistas que os seguiram -, ela pode ser considerada como a mais "notória ausente" do pensamento e da prática dos geógrafos, desde que, pelo menos, o rótulo Geografia firmou-se como disciplina no rol das chamadas ciências sistemáticas...

Tentar assim, por qualquer via que não seja a perigosa especulação ou as escorregadias exegeses de amarelados ou fresquíssimos textos geográficos, "descobrir" termos, frases, um certo raciocínio, um modo de ver as coisas, um lance teórico genial e etc. e, através desses recursos afirmar a presença da dialética na Geografia, parece equivocado, senão de pouca valia para a efetiva renovação crítica dessa disciplina. Não se trata aqui de um mecanicismo que atribui papel exclusivo às condições reinantes - no advento e evolução do pensamento geográfico, marcado como se sabe, pela hegemonia do empirismo e do positivismo ortodoxo e, mais recentemente, pelas variações deste último nas concepções, métodos e teorias até aqui adotados. Trata-se, isto sim, da consciência de que há uma oposição irreconciliável entre pensamento formal (a contradição é sempre a manifestação de um erro) e pensamento dialético (a contradição é característica essencial da realidade) e que o formalismo, a taxonomia e o experimentalismo, levados às últimas consequências, o empirismo e a negação da reflexão como via do pensamento concreto, são condições cuja capacidade de impregnar o modo de pensar não pode em absoluto ser subestimada.

É bem verdade que alguém poderá discordar dessa avaliação, argumentando com a existência de pelo menos duas exceções - de monta e que até colocariam o tema da relação entre a dialética e a Geografia em lugar de destaque. A primeira refere-se à possível presença de uma "Dialética da Natureza" em algumas teorias da Geografia física, em particular as que incluem a noção de "ritmo climático" (Sorre) e em algumas teorias de síntese - (Tricart, Monteiro e outros). A validade dessa hipótese estaria

respaldada, de um lado, no caráter intrínseco do movimento, fundamentalmente contraditório e assim, dialético, e que seria o motor da evolução natural, o modo próprio do "tornar-se", do "vir a ser" da natureza; em outras palavras, a natureza seria essencialmente dialética. De outro, pelo mérito de alguns estudiosos que lograram captar esse movimento intrínseco em suas muitas nuances, manifestações e qualidades próprias, valendo-se de um modo de pensar característico, em que a plena aceitação do "não-ser", dos "contrários" e das "antíteses" (há casos em que essas idéias aparecem sob as de irregularidades ou rupturas), permitiu-lhes a formulação de teorias de grande alcance explicativo e razoavelmente incorporadas pelos meios científicos, que nesses casos, extrapolam a própria Geografia. Uma questão, entretanto, aflora inevitavelmente quando se adentra esse terreno da discussão de certa forma filosófica. Existe uma dialética da natureza? Duas negativas de ordens distintas: a primeira, inspirada em algumas correntes da dialética (e criticada pelo marxismo) e que não admite a dialética como intrínseca, a forma própria do desenvolvimento do real, inerente às coisas e aos fenômenos, mas como pertencente à esfera do pensar, forma superior do intelecto, modo de conceber o universo e a história, faculdade de refletir com as categorias do entendimento. Nesta concepção, inexiste uma dialética (natural?) da natureza. A segunda, a par o esforço de Engels e principalmente dos marxistas soviéticos, repousaria nas concepções de Marx que entendia o método dialético como método de entendimento humano que trabalha com as vias de concreção do pensamento (do abstrato ao concreto), utilizando-se das conhecidas categorias (modo de produção, valor, mais-valia, revolução, etc.) e concebendo o devir da história como resultado do movimento exclusivo dos "homens reais" e sua prática real, fundamentalmente contraditório, porque centrado na luta de classes, nas crises, revolução, superação, etc. Como já foi dito, mesmo com a obra de Engels (Dialética da Natureza e outros escritos) e de marxistas soviéticos (Bukárin, Rosental, etc.), esse ramo do marxismo não avançou, na opinião majoritária dos estudiosos do assunto. E não apenas isto, pois dessas críticas resulta também que a Dialética da Natureza, por exemplo, não seria meramente um equívoco (ou punhado de equívocos, segundo Einstein referindo-se à obra de Engels), mas representaria até uma via transversa de tentativa de legitimação do marxismo ou de provar seu cientificismo, o que segundo essa crítica, nada mais seria que uma evidente concessão ao evolucionismo darwinista e de certa maneira, aos precursores do positivismo. De toda forma, esta é (ou deveria ser) uma questão em aberto no campo de debate marxista e, presume-se, entre os adeptos da dialética.

A segunda exceção, seria representada pela introdução, nem sempre pela melhor forma, do pensamento dialético, através do recente debate e mesmo de uma certa produção teórica de fundamentação marxista no âmbito da Geografia, circunscrita, grosso modo, à sua atual fase de renovação crítica. Esta discussão é evidentemente mais complexa. Por isso só a apontaremos e a ela voltaremos mais adiante. De toda forma, o materialismo dialético (e o histórico) faz escola, pelo menos entre a parcela dos que atribuem importância à crítica teórica. Que não seja centrada na ainda incipiente produção - restrita a algumas poucas obras de peso -, a polêmica nesse caso poderia ser instalada tendo em vista uma certa peculiaridade na forma pela qual a concepção dialética vem se desenvolvendo nesses estudos e que apresentariam dois aspectos distintos: em primeiro lugar, a presunção de que o emprego de certos conceitos e categorias típicos da ortodoxia marxista, garantiriam, por si só, a adoção da dialética como modo de pensar (neste caso autores como P. George ou Guglielmo seriam "dialéticos") ou que uma jura de fidelidade ética aos postulados ideológicos do marxismo, de preferência na introdução ao trabalho, "imunizaria" o autor de eventuais deslizes formalistas ou positivistas; ou ainda, que a simples substituição de conceitos (sistema econômico por modo de produção, população por sociedade de classes, mão-de-obra por força de trabalho, etc.) respaldaria ou atestaria a mudança de postura metodológica. Em segundo, e isto é bastante peculiar à Geografia, tem-se a impressão de que o marxismo ainda é para muitos de nós, uma bem elaborada teoria econômica alternativa da sociedade capitalista, redutível (sem mediações) a uma teoria do espaço ou da espacialidade capitalista. Este estágio, postura ou viés, característicos da chamada Geografia crítica, estariam impedindo a penetração da crítica nos velhos e novos redutos da velha e da nova Geografia? Ou, em outras palavras, está definido inexoravelmente um território de marxistas, outro de positivistas, neo-positivistas, etc?

Como parte da tarefa de solução desses problemas, este trabalho pretende contribuir em duas frentes: primeiro, pela exposição em linhas gerais, das principais concepções de dialética, que se desenvolveram ao longo da história da Filosofia; segundo, procurando apontar algumas direções no debate atual e necessário acerca da introdução do método dialético nos estudos geográficos.

## BREVE RESUMO SOBRE AS ORIGENS DA DIALÉTICA

Há consenso entre os estudiosos da evolução da dialética e os que se dedicam à história da Filosofia, de que a sua origem está intimamente ligada à Filosofia Clássica Grega. Ali surgiram seus precursores, como Heráclito, e os seus adversários, como Aristóteles e a sua lógica formal, além dos que a entenderam de modo diverso de Heráclito (Sócrates, Platão e outros). Segundo SANDOR (1947), Heráclito põe a noção do devir no centro da sua filosofia e introduz aquilo que seria a essência do pensamento dialético: "Nada é permanente e rígido no universo; tudo está em perpétua mudança, em movimento e em transformação" (p.12). Admite ainda, pela primeira vez, a existência do Não-Ser, do Ser e do seu Contrário, e da unidade como unidade contraditória em seu devir. A contradição, não como erro ou anomalia, mas como forma de existência do ser e do seu movimento. Ao contrário de Heráclito, os sofistas difundiram a dialética como arte verbal no confronto de idéias e argumentos, excluindo-a como modo próprio do real, o que, segundo Sócrates, os conduziu ao subjetivismo total, ao relativismo e ao individualismo: "Eles renunciavam não somente ao conhecimento objetivo da realidade, mas também à possibilidade do conhecimento" (p.25). Distinto de Heráclito, mas principalmente dos sofistas, Sócrates entende a dialética como método do diálogo, mas que visa alcançar a verdade objetiva através de perguntas e respostas e dos esclarecimentos dos conceitos. Segundo VIANO (1971), Platão caracterizou o procedimento socrático sob a seguinte expressão: "Fixando os extremos entre o que se move: o reconhecimento da própria ignorância e a busca de um saber objetivo" (p.80). O próprio Platão elevará a dialética ao estatuto de método científico, não de observação e explicação das coisas reais, mas como um meio através do qual é possível fazer surgir na consciência as idéias. Estas, são o objeto do conhecimento e não o real em si. Distintamente de Heráclito, não concebe a luta real dos contrários, atribuindo à dialética o papel de "compor a multiplicidade numa noção geral; retirar das representações verdadeiras os elementos incertos e subjetivos e lhes conferir a objetividade, a realidade e a unidade da idéia" (SANDOR, p. 33).

Dentre os gregos, Aristóteles que é considerado o pai da lógica formal, foi o maior dos adversários da dialética. Para ele o pensamento não cria nada de novo, limitando-se a reproduzir, em

forma de conhecimento, a realidade: "O conteúdo do pensamento, da mesma forma que as formas de pensamento, são as realidades objetivas" (SANDOR, p.39). Funda a ciência da dedução, que é para ele a essência do processo de reflexão. Reduz a dialética ao nível da opinião que atuaria sobre princípios gerais muito além da ciência. Elabora o princípio do terceiro excluído, o que significa a não aceitação da contradição, pois segundo ele, afirmar ou negar um mesmo conteúdo, significa dizer que um é verdadeiro e outro é falso: um anula o outro. É impossível um terceiro julgamento sobre duas afirmações contraditórias. Em outras palavras, o melhor argumento é sempre o mais simples, o mais direto, o "menos contraditório possível". Ocupando em sua obra uma posição secundária, ele inclui a dialética como parte da lógica formal, restrita ao papel de uma ciência dos "pontos de vista". Separa o conhecimento (esfera do espírito), que não inclui a dialética como modo de pensar, da ciência (que caminha pelos seus experimentos), que não reconhece uma dialética do real. O fato de atribuir a ela uma posição secundária, não significa que negue o futuro, a evolução, o movimento. Só que para ele, isto nada tem a ver com a dialética.

#### KANT E A DIALÉTICA TRANSCEDENTAL

O desenvolvimento posterior da dialética, à exceção de referências eventuais em alguns filósofos da Idade Média (principalmente críticos da doutrina cristã), encontrará o seu pleno vigor já no período moderno da Filosofia, em particular no contexto do chamado idealismo alemão, durante os séculos XVIII e XIX. Dentre os principais filósofos, o primeiro a atribuir-lhe papel relativamente importante foi E. KANT, que como se sabe, não se distinguiu propriamente por isto, mas pela sua magistral Filosofia Crítica. Kant denomina a sua filosofia de ciência do conhecimento efetivo, que lhe permite realizar o que os seus predecessores não fizeram (empíristas e metafísicos): estudar as "faculdades do conhecimento". Segundo nota explicativa a uma das traduções para o espanhol de sua principal obra (Crítica da Razão Pura) é assinalado que Kant distingue-se radicalmente de toda a Filosofia que o precedeu. Ao contrário de seus antecessores, ele não pretendeu

estabelecer uma clara distinção entre o objeto da Filosofia e os das ciências. Antes dele, toda filosofia pretendeu ser uma explicação das coisas, do mundo real, através de seus sistemas universais. Kant, diversamente, consagrou o próprio processo do conhecimento e do entendimento humano como o objeto primordial da Filosofia. Ela deixa de ser uma explicação das coisas para tornar-se em Kant uma "explicação do conhecimento das coisas". Contrapõe-se assim, à filosofia dogmática que supunha de antemão aquilo que deveria ter investigado, ou seja, a própria possibilidade do conhecimento. Daí a crítica e a lógica de Kant terem sido por ele denominadas de "transcendentais", ou seja, ser preciso transcender os fatos do conhecimento, elevar-se a um nível superior e explicar a própria faculdade de conhecer. Nas próprias palavras do filósofo: "Não entendo por isto uma crítica de livros e de sistemas, senão a da própria faculdade da razão em geral, considerada em todos os conhecimentos que pode alcançar, sem valer-se da experiência" (KANT, p.121).

Dados os objetivos fundamentais da filosofia kantiana, centrados no processo do conhecimento, a dialética ocupa em suas formulações um lugar bastante peculiar. Ela é por ele tratada como a segunda divisão da Lógica Transcendental e assim denominada Dialética Transcendental. Kant inicia, caracterizando-a como "lógica da ilusão". Não se trata de ilusão própria dos objetos, mas de juízo a respeito deles, ao nível do entendimento. Não se trata igualmente de uma ilusão empírica (ótica, por exemplo), mas de "ilusão transcendental que influí em princípios cujo uso nem sequer se apóia na experiência, caso em que pelo menos teríamos uma pedra de toque de sua exatidão" (KANT, p. 122). Esta ilusão opera ao nível da razão, pois é inerente a ela, uma "natural" e "inevitável" dialética da razão pura. Em termos, portanto, da trajetória do conhecimento para Kant, a dialética não se manifesta nem ao nível dos sentidos (e em todas as categorias a priori da intuição); nem ao nível do entendimento simples (e em todas as categorias a priori do entendimento), mas no estágio superior do conhecimento, que é a razão. Ao nível da razão pura, ele identifica três classes de raciocínios dialéticos: paralogismo transcendental, antinomia da razão pura e ideal da razão pura. Na primeira classe, ele inclui as falsidades de um raciocínio pela forma, seja qual for seu conteúdo, o que acarretará uma ilusão inevitável, em que o sujeito supõe um conhecimento derivado de sua relação com o objeto, mas que está restrito ao pensamento como tal. Daí a sua crítica à Psicologia racional, centrada no ato de pensar. Trata-se de um erro ao nível da forma, que ele denomina de paralogismo psicológico: "A ilusão dialética da psicologia ra



cional se baseia em confundir uma idéia racional (uma idéia da inteligência pura) com o conceito; indeterminado em todas suas partes de ente pensante" (KANT, p.127).

Quanto à segunda classe de raciocínios dialéticos, a antinomia da razão pura, refere-se à unidade absoluta das condições absolutas do fenômeno. A antinomia decorre nesse caso, da aplicação da razão para além dos objetos da experiência, originando-se "teoremas dialéticos" que dispensam confirmação da experiência - ou refutação, além de serem contraditórios em si. Segundo Kant, essa doutrina dialética "se refere, não à unidade do entendimento em conceitos da experiência, senão à da razão em meras idéias" (KANT, p.141). Em seguida, apresenta e comenta quatro antinomias, apondo a cada tese a sua antítese, com as correspondentes demonstrações e comentários seus. Trata-se de um exercício lógico com o recurso de um raciocínio dialético (kantiano, evidentemente), em que ele põe-se na condição de "juiz imparcial" entre os oponentes. Na primeira delas, desenvolve com maestria uma tese e uma antítese a partir das categorias do espaço e do tempo, que são centrais em seu pensamento, referindo-se ao começo (ou não) do mundo (tempo) e sua infinitude ou finitude (espaço). Em seus comentários sobre a tese e a antítese, contrapõe-se aos argumentos de ambas, apontando a falsidade e a inconsistência de conceitos e, ao mesmo tempo, as insuficiências lógicas ali presentes. A este exercício ele denomina "jogo dialético das idéias cosmológicas". A solução dessas antinomias, entretanto, não decorre de simples adições a um ou outro argumento e também, por outro lado, elas não podem ser consideradas como invenções arbitrárias. É como se a razão se visse inevitavelmente aprisionada por esses argumentos contraditórios. Kant entende que ela (a razão) não deve retirar-se da contenda e nem impor uma conciliação artificial, mas "reflexionar sobre a origem desta discórdia da razão consigo mesma" (KANT, p.171). Ele propõe então, como "chave para a solução", o que denomina "idealismo transcendental", doutrina das representações que não têm existência fora do pensamento.

Com relação à terceira classe de raciocínios dialéticos - o ideal da razão pura -, Kant caracteriza como aquilo que está além, não apenas da realidade objetiva, das categorias do entendimento, mas até das próprias idéias. Em suas palavras: "Porém, sem arriscarmos muito, temos que confessar que a razão humana contém não somente idéias, senão também ideais que se não tenham força criadora como nos platônicos, eles a tem prático..." (KANT, p.236) Muito mais que no caso das idéias, é impossível obter para o ideal uma contrapartida ou analogia baseada em fenômenos reais ou em

exemplos empíricos. Seria, para a razão pura, um objeto somente determinado por princípios. O ideal da razão pura é a forma encontrada para resolver a contradição derivada do fato de que todo conceito "es indeterminado a respeito daquilo que não está contido nele e se define sob o princípio da determinabilidade: de que só pode lhe convir um dos dois quaisquer predicados opostos contraditoriamente entre si" (KANT, p.238). Significa dizer que para conhecer-se completamente uma coisa, é necessário reduzi-la a um de seus predicados, torná-la una, seja afirmativa, - seja negativamente, pois segundo ele, a determinação completa é um conceito que nunca poderemos expor concretamente por sua totalidade (p. 239). A partir da idéia de "toda possibilidade", - que visa a determinação completa de uma coisa, a par de sua indeterminação em relação a todos os predicados que a constituem, é possível, na sequência de uma série de "depurações" de alguns desses predicados, chegar a esta idéia, como "conceito originário", determinado completamente a priori. Por esta via, este conceito transforma-se no "conceito de um objeto singular". Como ele é determinado exclusivamente pela idéia, Kant o denomina ideal da razão pura. Esta forma particular de solucionar o problema da presença de predicados contraditórios nos conceitos - (uns representam o ser, outros o não-ser), supõe como fundamento da determinação completa em nossa razão, um "substrato transcendental" que permita tomar-se todos os predicados possíveis das coisas, a idéia de um todo da realidade e, nesse sentido, todas as verdadeiras contradições seriam "limitações" por superar.

Em termos bastante resumidos, esta é a concepção kantiana acerca da dialética. Como foi exposto, ele a entende como uma lógica da ilusão ou da aparência, que se manifesta ao nível da razão pura, circunscrita ao processo do conhecimento. Não se trata, como é defendido pelos adeptos da antiga lógica formal, de comportamento anômalo, exterior à lógica mesmo, um sofismo - qualquer. Kant reconhece as formas de contradição presentes no raciocínio como inerentes à razão e aos conceitos, e elabora exaustivamente vias de solução para as mesmas. De um ponto de vista hegeliano e marxista, o que se pode, isto sim, é questionar a sua concepção do próprio processo do conhecimento, centrado - fundamentalmente nas formas de entendimento "a priori" e na sua deliberada abstração do mundo das coisas reais. Esta postura, conhecida entre os marxistas como "idealista" é que impede o reconhecimento da dialética como intrínseca ao movimento real, reduzindo-a à esfera do pensamento humano.

Apesar das contundentes críticas de alguns setores marxistas ao idealismo kantiano, cuja maior ênfase pode ser facilmente encontrável em manuais soviéticos de filosofia (marxismo oficial?), em que se lhe opõe o materialismo (histórico e dialético), a obra de Kant influenciou por diferentes formas, todo o pensamento da chamada filosofia moderna, inclusive o próprio marxismo. Segundo Lucien Goldmann, em "Origem da Dialética", esta influência, além de se exercer sobre ele próprio - o seu trabalho é um exaustivo estudo sobre a concepção de comunidade humana e dos conceitos de universo e totalidade em Kant -, estende-se a Lukacs e Sartre, sem citar, evidentemente, os pensadores alemães importantes que, segundo ele, "mesmo quando não permaneceram kantianos, partiram mais ou menos de Kant e da necessidade de encontrar uma posição nítida ante suas idéias" (GOLDMANN, p. 22). Na parte dedicada à categoria de totalidade no pensamento de Kant e na filosofia em geral, ele opõe à filosofia contemplativa do "Eu" a filosofia da comunidade, do "Nós". Segundo ele, o universo e a comunidade "constituem para nós a mais importante categoria filosófica" (p. 41). O seu elogio a Kant a esse respeito, deve-se justamente ao fato de que para o pensador alemão, a busca da totalidade constitui o centro de seu pensamento. Essa totalidade, abstrata porque não refere-se ao conjunto dos homens de uma nação, mas à comunidade humana em geral, implica numa mutabilidade das categorias e do próprio conhecimento, distinguindo-se daquele concebido pela lógica formal (inerte e sem conteúdo humano), e envolvendo-o numa aura permanente de história.

É como se Goldmann tivesse descoberto um Kant ainda "oculto" por detrás de seu racionalismo aparentemente individualista, pois reconhece nele uma contribuição fundamental justamente em sua filosofia da história, referida ao presente e apontada para o futuro, direção que seria magistralmente desenvolvida posteriormente por Hegel, Marx e Lukács. Como afirma Goldmann, para os limites da filosofia burguesa ocidental, o maior de seus representantes alcançou, sem dúvida, o máximo de "conhecimento possível" ou, como formulado por Lukács, "o máximo de consciência possível".

A importância que a dialética assume na filosofia hegeliana é tão grande, que a este filósofo se atribui, com frequência, o mérito de ter elaborado e, de certa forma, descoberto a "verdadeira dialética". Dentre os filósofos modernos, coube a Hegel a tarefa de recolocar a dialética no centro da filosofia, assumi-la como instrumento para a solução de problemas tão diversos como os do espírito, da consciência, da auto-consciência, da história, do direito e do Estado, da religião, da razão e do saber absoluto. Para alguns comentaristas de sua obra, ele pode ser considerado como o grande sintetizador do idealismo pós-kantiano e do romantismo alemães, pois continuador e superador da obra de Kant e "sintetizador" dos idealismos subjetivo (Fichte) e "objetivo" (Schelling). Apesar de algumas objeções a essa caracterização, o fato incontestável é que Hegel pode ser considerado como o mais destacado entre todos aqueles filósofos do período mais fértil da filosofia clássica alemã, marcado, como se sabe, pelo idealismo e o romantismo em suas muitas variações.

O sistema filosófico proposto por Hegel não rompe com o idealismo kantiano, na medida em que pretende, ao seu modo, resolver problemas relacionados à "atividade do espírito", buscar o "espírito absoluto" enquanto culminância do desenvolvimento da Idéia. Ao contrário de Kant, entretanto, Hegel não admite a existência da "coisa em si", da essência inapreensível, de algum "território" que não possa ser penetrado pelo espírito humano. Também distingue-se de Kant ao rejeitar os seus famosos princípios "a priori" (dos quais derivariam as noções gerais e particulares) e evitar, ao mesmo tempo, o caminho da lógica formal como via da dedução da realidade em geral. Preocupado em descobrir o sistema de toda realidade, Hegel elabora a noção de mediação e a utiliza como via de dedução do particular (da experiência) para, em seguida, justificar e reconhecer a partir deste, as noções e princípios gerais. Em outras palavras, trata-se de evoluir do conceito geral abstrato até o conceito geral concreto, passando, pela via das mediações, pelos conceitos concretos particulares.

Uma outra diferenciação de Hegel com relação ao chamado idealismo alemão, pode ser constatada em sua crítica ao subjetivismo de Fichte. Apesar de ter incorporado deste o seu célebre esquema triádico da Tese, Antítese e Síntese, Hegel o critica por

incorrer no mesmo equívoco por ele apontado nas formulações de Kant, qual seja, o de tentar alcançar a totalidade por concatenações de proposições dedutíveis de uma proposição fundamental. Segundo ROSSI (1971), a crítica de Hegel incide no problema da síntese dos opostos que, segundo Fichte, é um processo de "conciliação" entre termos distintos que se limitam e se determinam reciprocamente, o que revelaria uma concepção de esquema triádico como um "procedimento dedutivo que poerá em movimento a atividade absoluta do Eu idêntico consigo mesmo e que é o que coloca juntos o Eu e o Não-Eu em sua recíproca determinação. Fichte determinou o absoluto como subjetividade absoluta e, por conseguinte, como ponto de partida do processo dialético que antecede a oposição" (p. 217). Dessa forma, segundo o autor, a síntese nunca será realizada, permanecendo nela a oposição, dada a "identidade subjetiva do sujeito e do objeto", como se fosse uma "síntese a priori" e não a que deve ser realizada. É nesse sentido que Hegel, apesar de reconhecer a grande importância do famoso esquema triádico de Fichte e de sua dialética, vê na forma como é proposta a solução para a oposição (ao nível do sujeito, do intelecto e não da razão especulativa), uma certa coincidência com as formulações kantianas em que o ponto de partida é o sujeito do conhecimento (p. 218).

Ao criticar em Fichte a forma como este propõe a realização da síntese, Hegel introduz a sua concepção de dialética. Referindo-se à natureza desta, que implica num processo constante que tende ao infinito (a sucessão dos momentos de oposição e síntese), ele clarifica o que entende por verdadeira infinitude, em que os termos se resolvem sem anular-se, mas conservando-se como momentos da "unidade-totalidade", um processo de absoluta contradição, pois a síntese não se realiza num terceiro e estranho elemento fora da oposição, mas como elemento contido na contradição. Para Hegel, "finito e infinito" coincidem, são a essência da determinação individual da realidade: "O elemento determinado não tem como tal, nenhum outro modo de ser que esta inquietude absoluta de não ser o que é; de ser ele e o outro e que esse outro é precisamente o contrário dele, não obstante seja o primeiro" - (HEGEL, cit. ROSSI, p. 219). Este processo, para Hegel, revela a estrutura contraditória da realidade, em virtude da qual a pluralidade de suas determinações individuais desemboca em um processo dialético; é a negação da negação, que se configura, em última análise, como afirmação.

Numa passagem da "Enciclopédia das Ciências Filosóficas", Hegel esclarece o que seriam os três aspectos da logicidade, que entende como "momentos" de toda realidade lógica, de todo conceito e de toda verdade de modo geral, que se fundem no primeiro momento, o "entendimento". O momento dialético, entretanto, será aquele capaz de realizar a auto-supressão das determinações finitas, decorrentes, segundo ele, do fato do entendimento manter-se na determinação rígida e na diferença desta em relação com outras diferenças. A auto-supressão dessas determinações pela dialética, dá-se pela "transição ao seu contrário". Esclarece ainda, as várias concepções equivocadas de dialética: a dialética como mera negatividade (ceticismo), em que ela é tomada separadamente do entendimento (P. Sandor refere-se a Senón como precursor deste conceito de dialética na Grécia antiga); como arte extrínseca (do diálogo) que resulta em confusão entre conceitos (mediante o artifício) sem distinguir a aparência do verdadeiro (é possível que estivesse referindo-se a Kant e à dialética como lógica da aparência e aos sofistas gregos), como se a dialética não passasse de um sistema "subjeto pendular de raciocínio que vai e vem", onde falta o conteúdo e a carência é disfarçada nessa sutileza de raciocínio. É bem verdade que mais tarde Hegel vai ocupar-se das famosas antinomias cosmológicas de Kant, em que reconhece o seu mérito de ter destruído a metafísica clássica, ao demonstrar que os raciocínios opostos tendem ao infinito, mas ressalva, por outro lado, que Kant não consegue apontar a solução dessas antinomias, em virtude de que a sua "singela dialética ordinária" se baseia no fixar a oposição entre o Ser e o Nada.

Distinguindo-se radicalmente dessas concepções de dialética, ele diz: "Em sua determinação peculiar, a dialética é, pelo contrário, a natureza própria e verdadeira das determinações do entendimento, das coisas e do finito em geral ... é esse superar imanente, no qual a unilateralidade e a limitação das determinações do entendimento se apresentam tais quais são, a saber, como sua própria negação" (HEGEL, p. 128). Esclarece ainda, que a superação dá-se pela negação, mas que o Nada da negação, como resulta do das unidades das determinações em sua oposição, não é um nada abstrato e vazio, mas a negação de certas determinações que estão contidas no resultado e, por isso mesmo, num resultado positivo.

A questão da existência de identidade entre a esfera da razão e a da realidade, de raciocínios dialéticos e o movimento real dialético, tem sido objeto de muita polêmica. Para os antigos metafísicos, em que a dialética era muito mais um "truque" de raciocínio, uma arte de manipulação de argumentos opostos ou, a

expressão de uma ilusão lógica e de um erro, ou no caso do subjetivismo total, a manifestação de uma contradição lógica, cuja solução ou síntese dos opostos representa um terceiro e indeterminado momento, a dialética é obviamente, considerada como exclusiva à esfera do pensamento. Hegel ao contrário dessas concepções, afirmará que a dialética não é parte, simples ou casualmente, da esfera da razão, mas que a razão é negativa e dialética, "porque resolve no Nada as determinações do intelecto e é positiva porque produz o elemento universal e abarca com ele o particular" (HEGEL, cit. ROSSI, p. 236). Também porque a dialética não é um método indiferente ao próprio conteúdo, mas necessariamente correspondente com seu movimento interno, em outras palavras, um movimento próprio da razão que tem necessária correspondência com o movimento real. Segundo BORNHEIM (1977), com esta formulação de dialética, Hegel inaugura a crise da Metafísica, pela importância que ele atribui à contradição no contexto de seu pensamento. Até então, para Bornheim, a contradição era considerada "terreno proibido" e procurava-se solucioná-la num plano meramente lógico ou gnosiológico: "ora, Hegel supera o passado metafísico, porque parte da convicção de que não se pode resolver a contradição logicamente ou gnosiológicamente; para ele, toda a questão deve ser jogada em um nível ontológico, pois o que está em causa é o próprio sentido metafísico da realidade" (p. 69).

Subsiste, entretanto, um problema com relação à dialética como própria da razão e dos objetos. Uma das conceituações correntes é aquela que entende a dialética apenas como lei, ao nível do homem ou da realidade. Bornheim argumenta contra essa idéia, pois a lei só pode ser constatada nas relações verificáveis entre entes reais ou ideais, caindo assim no realismo ingênuo. Se todo e qualquer setor do real "contém" a dialética como modo de ser, então pode-se partir de qualquer dado da realidade, ou de qualquer fato bruto. Qual seria então o "ponto de partida"?

Para Hegel, em suas próprias palavras, não há um ponto (concreto) de partida. Ele parte do Nada, como diz, do Ser "totalmente vazio e indeterminado", do "conceito puro". Como afirma numa passagem da "Ciência da Lógica": "Ser, Ser Puro - sem qualquer outra determinação - em sua imediação indeterminada é igual somente a si próprio e também não é desigual diante de outro... é a pura indeterminação e o puro vácuo" (HEGEL, p. 131). Segundo Bornheim, se não se quer o ponto de partida idealista de Hegel, nem o empirista (abstrato, pois o dado é "abstraído" do contexto real) do realismo ingênuo, seria preciso questionar se há de fato

um ponto de partida na dialética. Não dever-se-ia falar então, na tese como começo do processo dialético, um processo determinado por uma lei, pois tese, antítese e síntese, constituem um único momento. De certa forma, o mesmo ocorreria quando se entende a dialética unicamente como lei, com a própria contradição, pois: "Se a contradição constitui o cerne mesmo da realidade, se ela habita a intimidade do homem, então tudo o que se disser sobre a síntese dialética, sobre a teoria e sobre a práxis, vai depender essencialmente do modo como se vê a contradição" (p. 158).

A solução que Hegel dá para a aparente dicotomia entre raciocínios dialéticos e movimento dialético do real, e de certa forma sobre o problema do ponto de partida, baseia-se na forma como se dá a reflexão da contradição numa proposição: "Se as primeiras determinações reflexivas como a identidade, a diversidade e a oposição, são estabelecidas sob forma de proposição, então mais se deverá compreender em uma proposição aquela determinação reflexiva, na qual elas se transmudam como em sua verdade, a saber, a contradição, que se compreende e enuncia numa proposição: todas as coisas são contraditórias em si mesmas, precisamente no sentido de tal proposição, em face das outras, expressaria muito mais a verdade e essência das coisas" (HEGEL, p.208).

Um dos preconceitos da lógica e da representação corrente, seria, segundo ele, o de negar a possibilidade dessa reflexão no sentido de que o contraditório não poderia ser pensado, nem representado, sendo a contradição um "simples acidente", anormalidade e um paroxismo mórbido transitório. Contesta ainda, a afirmação de que a contradição, contraposta à identidade, não seria, no dizer dos metafísicos, a determinação essencial, mas sim, a própria identidade. Hegel diz que a identidade, ao contrário do que afirmam os metafísicos, não diz nada em si, que ela é apenas a determinação do imediato simples, do Ser morto; mas a contradição é a raiz de todo o movimento e vitalidade; pois, somente ao conter em si uma contradição, uma coisa se move, tem impulso e atividade; quanto ao movimento propriamente dito, afirma: "Algo move-se não só porque se acha neste instante, se acha aqui e em outro instante além, mas porque, em um e mesmo instante, se acha aqui e não aqui, porquanto neste aqui a coisa igualmente é e não é (HEGEL, p.209).

A fim de esclarecer que a contradição não é apenas a oposição entre duas determinações do ser e cuja resolução (unidade) seria uma terceira em relação com ambas, Hegel observa que, na verdadeira contradição, os elementos opostos são determinados um pelo outro, sendo a contradição, resultado das "determinações



reflexivas independentes". Cada determinação (o positivo ou o negativo) encerra em si mesma uma oposição e, cada um desses momentos está mediatizado consigo mesmo por seu outro e o contém. A contradição decorre assim, do fato de que cada determinação reflexiva exclui a outra do mesmo modo como a contém, A diferença, portanto, é fundamentalmente a contradição em si, porque representa a unidade daqueles que existem apenas porque não são um e representa a separação daqueles que existem apenas como separados na mesma relação. A primeira unidade obtida através dessa contradição se dá pela incessante supressão do positivo e do negativo pela sua relação (anulam-se), pela permanente passagem de cada um ao seu contrário, o desaparecimento dos opostos neles mesmos.

Finalmente, o movimento contraditório para Hegel, se expressa nas transformações do Ser, não se limitando a mudanças "graduais", em que alguma coisa deixa de ser menos para tornar-se mais, como se a mudança pudesse ser vista por uma escala de grandeza. Exemplificando com a mudança de estados da água, ele observa que esta não se torna simplesmente "mais quente" ao ser aquecida, mas muda efetivamente de estado: "Todo nascimento e morte, em lugar de ser uma gradualidade progressiva, é antes, uma ruptura dela e o salto da mudança quantitativa em qualitativa" (p. 244). Combate o que denomina de "representação vulgar", segundo a qual a origem ou extinção seriam um aparecer ou desaparecer gradual. Ao contrário, diz ele: "... as mudanças do Ser em geral, são não apenas o traspasar de uma grandeza a outra, mas o traspasar do qualitativo ao quantitativo e vice-versa, um tornar-se outro" (p. 244). A essa passagem através da ruptura, do salto, do tornar-se outro num processo permanente, Hegel denomina devenir (ou devenir).

Com Marx e Engels a dialética, o método dialético ou a concepção dialética se tornaram tão difundidos que é comum a sua associação de imediato com o marxismo. Para muitos, a própria dialética seria uma "invenção" de Marx que a teria explicitado e aplicado em seus escritos. Para outros, Marx e Engels nada mais fizeram que extrair de Hegel o seu método dialético e vulgarizá-lo através de suas análises do capitalismo, apenas acrescentando ao mesmo o materialismo (dogmatismo para Hegel) do século XVIII. Ainda como parte dessa discussão, de certa forma pueril, há os que defendem que Marx seria apenas um sucessor de Hegel e os que afirmam ser Hegel apenas um precursor de Marx.

A verdade é que nem Hegel nem Marx "inventaram" a dialética, que é tão antiga quanto a própria Filosofia. A Hegel coube erigi-la como método superior de investigação teórica, descobrir as suas leis próprias e aplicá-lo na construção de seu sistema filosófico (natureza, sociedade e espírito), utilizá-la como instrumento de combate à velha metafísica e ao dogmatismo vulgar. Em Marx, que por paradoxal possa parecer, pouquíssimas vezes preocupou-se em "explicitar" o seu método de investigação teórica, a dialética é "despida" de todo seu idealismo (hegeliano e neo-hegeliano), descontextualizada das eternas preocupações com o espírito, o saber absoluto e as "angústias" subjetivas de origem religiosa, para tornar-se verdadeiro método científico a serviço da transformação real dos "homens reais". Entretanto, é fora de dúvida que nos dias atuais, a dialética parece ser exclusiva dos marxistas, de tal forma que ela é até utilizada pelo marxismo soviético como elemento distintivo de sua filosofia, face à "filosofia ocidental".

O que talvez seja pouco conhecido, é o fato de que foi Engels e não Marx, o grande vulgarizador do método dialético e o criador da expressão "materialismo dialético", e mais, que isto foi feito de forma sistemática pouco antes da morte de Marx, com "Anti-Dühring", cujo trecho mais conhecido é "Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico" e logo após a morte deste, na obra "Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã" (1878 e 1888, respectivamente).

Nos raros momentos em que Marx trata explicitamente de seu método e em todas as obras em que Engels se ocupa da dialética, a ênfase está sempre dirigida à contraposição existente entre a sua concepção e a de Hegel. Engels, ao que parece, assumiu a tarefa de debater com os detratores e críticos de Marx, as questões relacionadas com o método e o faz através de cartas, periódicos e nas obras já citadas. Uma dessas ocasiões (ao que parece a primeira delas), é a publicação de um comentário seu num periódico (Das Volk) de 1859, sobre a obra de Marx, "Contribuição à Crítica da Economia Política", em que ele procura demonstrar a síntese entre a dialética e o materialismo, e a distinção da dialética marxista em relação à de Hegel. Segundo ele, a escola hegeliana (os neo-hegelianos) havia desfigurado a dialética do mestre, restringindo-se à manipulação dos artifícios mais simples da mesma, seja em direção à esquerda, seja à direita, numa completa ausência de idéias e conhecimentos positivos. Por outro lado, ressurgia um materialismo naturalista vulgar, que segundo ele, era pior que o do século XVIII. A ciência vivia então um profundo impasse, entre o que ele denomina "dialética hegeliana sob a forma completamente abstrata" de um lado, e o método "ordinário, de novo em moda...em sua essência metafísico", que a par ter sido destruído por Kant e Hegel, estava, pela inércia, de volta. O próprio método hegeliano não servia, dado seu caráter idealista, que partia do "pensar puro, do nada para chegar a nada, através do nada". Entretanto, diz Engels, "este método era, dentre todo o material lógico existente, o único que podia ser utilizado" (p. 291). Ele reconhecia que nenhum crítico de Hegel conseguira abalar o seu edifício filosófico. Seria preciso submeter o seu método a uma crítica profunda. Reconhecia, em primeiro lugar, o grande mérito de Hegel pelo seu sentido histórico: "Ele foi o primeiro que tentou pôr de relevo na história um processo de desenvolvimento, uma conexão interna" (p.292). Malgrado o fato de o idealismo operar a inversão entre a consciência e a história, ao privilegiar o pensamento, Engels reconhece que, apesar disso, a dialética hegeliana destruiu toda a lógica e a metafísica anteriores a ela. Fazer a sua crítica, portanto, não era tarefa fácil. Segundo ele, só Marx conseguiu realizá-la: "Marx era e é o único que podia entregar-se ao trabalho de extrair da lógica hegeliana a medula que encerra os verdadeiros descobrimentos de Hegel neste campo e de restaurar o método dialético despojado de sua roupagem idealista, na simples nudez em que aparece como a única forma exata do desenvolvimento do pensamento" (p.292).

Nos raros momentos em que Marx trata explicitamente de seu método e em todas as obras em que Engels se ocupa da dialética, a ênfase está sempre dirigida à contraposição existente entre a sua concepção e a de Hegel. Engels, ao que parece, assumiu a tarefa de debater com os detratores e críticos de Marx, as questões relacionadas com o método e o faz através de cartas, periódicos e nas obras já citadas. Uma dessas ocasiões (ao que parece a primeira delas), é a publicação de um comentário seu num periódico (Das Volk) de 1859, sobre a obra de Marx, "Contribuição à Crítica da Economia Política", em que ele procura demonstrar a síntese entre a dialética e o materialismo, e a distinção da dialética marxista em relação à de Hegel. Segundo ele, a escola hegeliana (os neo-hegelianos) havia desfigurado a dialética do mestre, restringindo-se à manipulação dos artifícios mais simples da mesma, seja em direção à esquerda, seja à direita, numa completa ausência de idéias e conhecimentos positivos. Por outro lado, ressurgia um materialismo naturalista vulgar, que segundo ele, era pior que o do século XVIII. A ciência vivia então um profundo impasse, entre o que ele denomina "dialética hegeliana sob a forma completamente abstrata" de um lado, e o método "ordinário, de novo em moda...em sua essência metafísico", que a par ter sido destruído por Kant e Hegel, estava, pela inércia, de volta. O próprio método hegeliano não servia, dado seu caráter idealista, que partia do "pensar puro, do nada para chegar a nada, através do nada". Entretanto, diz Engels, "este método era, dentre todo o material lógico existente, o único que podia ser utilizado" (p. 291). Ele reconhecia que nenhum crítico de Hegel conseguira abalar o seu edifício filosófico. Seria preciso submeter o seu método a uma crítica profunda. Reconhecia, em primeiro lugar, o grande mérito de Hegel pelo seu sentido histórico: "Ele foi o primeiro que tentou pôr de relevo na história um processo de desenvolvimento, uma conexão interna" (p.292). Malgrado o fato de o idealismo operar a inversão entre a consciência e a história, ao privilegiar o pensamento, Engels reconhece que, apesar disso, a dialética hegeliana destruiu toda a lógica e a metafísica anteriores a ela. Fazer a sua crítica, portanto, não era tarefa fácil. Segundo ele, só Marx conseguiu realizá-la: "Marx era e é o único que podia entregar-se ao trabalho de extrair da lógica hegeliana a medula que encerra os verdadeiros descobrimentos de Hegel neste campo e de restaurar o método dialético despojado de sua roupagem idealista, na simples nudez em que aparece como a única forma exata do desenvolvimento do pensamento" (p.292).

Em outra de suas obras (Do Socialismo...), Engels procura esclarecer o que entende como "erro idealista de Hegel". Após apontar que o seu grande mérito foi o de levantar de forma brilhante certos problemas, descreve as suas insuficiências, decorrentes das suas próprias limitações, as impostas pela sua época e, finalmente, porque "Hegel era idealista, isto é, em vez de considerar as idéias do seu espírito como reflexos mais ou menos abstratos dos objetos e fenômenos da realidade, considerava, ao contrário, os objetos e o seu desenvolvimento como simples cópias realizadas da idéia existente, não se sabe como, antes de existir o mundo" (p. 71). Crítica ainda a pretensão de Hegel de dar conta da história e do universo em um único sistema imutável (verdade absoluta), o que seria incompatível com as leis fundamentais do pensamento dialético. A seguir, postula o retorno do materialismo na concepção da natureza e na concepção da história. No primeiro caso, "também a natureza tem a sua história no tempo", daí o materialismo moderno ser essencialmente dialético; no segundo, o materialismo na história, pela concepção de que o desenvolvimento histórico se dá pela luta de classes "baseada em interesses materiais", o que se poderia observar nos sucessivos movimentos operários e pela construção dos partidos socialistas no cenário europeu, que flustravam a não-identidade de interesses entre a burguesia e o proletariado (p. 74). Este é, para Engels, o verdadeiro método marxista, o "materialismo dialético", que implica numa recuperação da dialética hegeliana, extraíndo dela o seu caráter idealista, invertendo a relação entre sujeito e história, procurando partir dos homens e fatos reais para a construção teórica.

Quanto a esta conhecida inversão operada pelo marxismo no método dialético hegeliano, uma das poucas mas brilhantes passagens de Marx a respeito, encontra-se no Posfácio da 2a. edição d'O Capital, em que considera que o método por ele empregado não foi "bem compreendido", passando a citar uma série de críticas a ele feitas, sob os mais variados tipos: "método dedutivo, próprio da escola inglesa", método analítico, "filósofo idealista" e até "método dialético". Após admitir que o seu método é este último, ele diz: "É mister, sem dúvida, distinguir formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquerir a conexão íntima que há entre as coisas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada..." (p. 16).

Quanto ao método dialético, especificamente, ele diz: "Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo ele integralmente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia -, é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela pensado" (p. 16). Diz ainda que criticara a dialética hegeliana há quase 30 anos atrás e que se confessara "abertamente discípulo daquele grande pensador" e que até utilizou de muitas de suas expressões peculiares. Entretanto, diz ele, o idealismo de Hegel, responsável pela mistificação da dialética, colocou-a de "cabeça para baixo". Segundo Marx, torna-se necessário "pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico" (p. 17). Finalmente, porque a dialética encerra a negação e a necessária destruição do existente, ela é "crítica e revolucionária" (quando em sua forma racional), apreende as formas do devenir, aterroriza os partidários da ordem (burguesia) ao apontar as "contradições inerentes à sociedade burguesa", cujas maiores evidências são as crises gerais do capitalismo.

Numa outra passagem, comentada por BOBBIO (1971), Marx refere-se a uma das leis fundamentais da dialética (negação da negação), quando demonstra que a propriedade privada que antecede o capitalismo, é uma negação deste, pois se constitui (particularmente no campo) um obstáculo à sua plena expansão. Entretanto, o próprio capitalismo desenvolve meios de negar e ao mesmo tempo afirmar a propriedade (dos meios de produção em geral), o que é para ele, uma negação da negação.

Em sua obra "Miséria da Filosofia", Marx ao mesmo tempo refuta as teses de Proudhon e faz, de certo modo, o seu ajuste de contas com o hegelianismo e o idealismo alemão em geral, ao formular violenta crítica à metafísica, segundo ele presente na economia política burguesa e de Proudhon. Os dogmas dos economistas burgueses, relações econômicas imutáveis, assemelham-se, para Marx, às idéias puras dos metafísicos, pensamentos derivados da "razão pura" e não do movimento real. Critica os que defendem as abstrações como categorias lógicas independentes do sujeito e das coisas reais. Quando se abstrai dos distintos movimentos reais, chega-se a um movimento puramente formal. A substância desse movimento formal é o método absoluto que Marx condena. O movimento em estado abstrato aparece para Hegel, segundo Marx, na dialética ao nível do pensamento puro: tese, antítese e síntese como expressões da contradição, ao nível exclusivo do pensamento (p. 159). Em

seguida, criticando em Proudhon a sua visão mecânica e maniqueísta do movimento dialético, por entendê-lo como a simples oposição entre o bem e o mal, Marx esclarece a sua posição frente ao método dialético: "O que constitui o movimento dialético é a coexistência entre dois aspectos contraditórios, sua luta e sua fusão em uma categoria nova" (p. 165). Não se trata, segundo ele, de eliminar-se o mal; o movimento contraditório dá-se justamente por esse antagonismo permanente. Além do mais, é o lado mal que produz o movimento que faz a história e determina a luta.

Quanto às formas de manifestação da contradição ao nível da economia capitalista, captadas e interpretadas por Marx, ficaram conhecidas as referentes à mercadoria, que segundo ele, deve ser investigada em suas contraposições externas e em suas contradições iminentes. Nesse sentido, o valor de uso e o valor de troca são a determinação contraditória da mercadoria; a contradição entre a produção e a valorização tem como unidade o capital. Para ZELENY (1974), comentando a respeito: "Em conjunto, a análise marxista oferece a complicada imagem de uma estrutura em auto-desenvolvimento, cujo fundamento é a contradição iminente da mercadoria. Esta contradição fundamental se desenvolve, toma formas distintas nos diferentes estágios de maturidade da produção mercantil e depois na produção mercantil capitalista" (p. 136). Ainda segundo Zeleny, Marx reconheceu que deve-se a Hegel a descoberta da forma geral do movimento dialético, ainda que de forma idealisticamente invertida, quando caracteriza a sua concepção materialista-dialética da contraposição e contradição como a compreensão do existente (positivo), ao mesmo tempo que sua negação, e a ruína "necessária", resultando daí o fluir do movimento. Zeleny enfatiza o caráter contraditório do movimento, citando Lênin: "A unidade dos contrários é relativa, a luta dos contrários, absoluta" (p. 139).

Por último, uma questão que de uma ou outra forma, tem suscitado polêmica entre os adeptos ou não do marxismo. Ela decorre de algumas afirmações de Marx e Engels (Ideologia Alemã), entre elas, a mais famosa, expressa na 11ª Tese Sobre Feuerbach: "Os filósofos têm-se limitado a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o importante, porém, é transformá-lo" (p. 635). Também no prefácio a essa mesma obra, afirmam os autores: "Até agora, os homens têm formado sempre idéias falsas sobre si mesmos, acerca do que são ou deveriam ser ... Libertemo-los dos fantasmas cere-

brais, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários sob cujo ju-  
go degeneram ... Rebelamo-nos contra esta tirania dos pensamen-  
tos" (p. 11). À primeira vista, pode ficar a impressão de que -  
Marx e Engels estão não apenas contra a filosofia idealista ale-  
mã, mas contra toda espécie de filosofia e qualquer forma de pen-  
samento abstrato. Segundo Bornheim, comentando essas conhecidas  
passagens, os autores se referem, obviamente, à cultura metafísi-  
ca e as suas interpretações acerca do mundo. Segundo ele, de um  
ponto de vista rigoroso, "os metafísicos não pensam o mundo, a  
realidade. O que eles realmente pensam são as coisas divinas, e  
o mundo finito só é pensado na medida em que nele se espelha o  
supremo ser, ou como já dissemos, na medida de sua redutibilidade  
ao divino" (p. 74). Em outras palavras, diz ele, a meta-físi-  
ca não pensa o mundo, mas o que há além do mundo; em suma, ela  
em última instância, recusa o mundo. É contra esta filosofia que  
se colocam Marx e Engels e seria no mínimo ingênuo, interpretar  
que estão pregando a supressão de toda filosofia. Desse ponto de  
vista, eles inauguram o que é considerado pelo marxismo a verda-  
deira filosofia, ou a Filosofia da Práxis. O marxismo propõe-se,  
assim, a tarefa de realizar ou concretizar a filosofia e des-  
truir a metafísica. Como diz Lênin: "O marxismo é o sucessor na-  
tural do melhor que a humanidade criou no século XIX: a filoso-  
fia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês"  
(p. 6]. E mais adiante, sentencia: "O marxismo demarcou o cami-  
nho para uma investigação universal e completa do processo de -  
nascimento, desenvolvimento e decadência das formações sócio-e-  
conômicas, examinando o conjunto de todas as tendências contradi-  
tórias..." (p. 182].



Os obstáculos à plena realização do método dialético (na expressão de Marx) ou do materialismo dialético (Engels e Lenin) e até mesmo da dialética simplesmente como modo de pensar ou argumentar, não são poucos no âmbito da Geografia atual. Eles são de ordem e mesmo de natureza distintas, e vão desde a impregnação do pensamento dos geógrafos pelo positivismo clássico e o empirismo, até a grande influência atual do chamado empirismo lógico ou neo-positivismo. Além disso, a fragmentação do pensamento como decorrência da fragmentação do mundo real, além do próprio objeto empírico de análise, tem impedido a reflexão teórica totalizadora, circunscrevendo-a às particularidades infinitas dos segmentos reais. Não se trata aqui, de advogar um "sistema" completo à moda de Hegel, mas da possibilidade ou não de produzir teorias particulares fundadas numa reflexão sobre a totalidade. Ora, admitindo-se como válidas ou até mesmo legítimas as variadas definições de objeto do estudo geográfico, que vão da paisagem natural ao espaço social, então a perspectiva da totalidade não passará de intenção, até certo ponto quixotesca, pois esta seria, certamente, uma tarefa da Filosofia, ou mais propriamente, da Filosofia Clássica. Ante a impossibilidade óbvia de se solucionar o problema por essa via - a própria filosofia contemporânea acha-se hoje especializada -, seria então necessário introduzir o método dialético como verdadeira cunha no campo hegemônico positivista, conquistar um espaço para a crítica e a recuperação do todo, e para a construção de um novo pensamento.

Por outro lado, seria ingênuo pensar que o pólo crítico que desde há algum tempo se desenvolve na Geografia, no mais das vezes de fundamentação marxista, seja capaz, a curto prazo, de estabelecer plenamente a contradição no seio da "ordem acadêmica" da Geografia, a partir da qual resultaria o verdadeiro movimento teórico. E isto por muitas razões:

a) Esta hegemonia já dura quase dois séculos e tem apresentado uma incrível capacidade renovadora, que lhe dá a vitalidade necessária para estender os seus domínios; b) O caráter profundamente utilitarista dos estudos desse campo permite-lhe uma sucessão impressionante de "cooptações" metodológicas e ideológicas,

obstruindo ou dificultando assim, certas modalidades de reflexão;

c) a par do fato de que a chamada renovação quantitativa já se encontra em descenso, pelo menos como modismo, ela não reflete a complexidade do campo neo-positivista moderno, cujas variações (método analítico, neo-idealismo, fenomenologia, etc.) permanecem e fazem escola nos principais centros e na periferia geográficos;

d) Paralelamente aos velhos temas do positivismo clássico na Geografia (ecologia humana, regionalização, etc.), ainda hoje adotados, introduziu-se via a chamada "new geography", uma série infindável de novos temas, inspirados na fenomenologia, na moderna psicologia e na semiologia, entre outros, cujas teorias, amarradas na filosofia da ciência, envolveriam o discurso geográfico numa aura de cientificidade (destacam-se aí as teorias subjetivistas sobre a consciência do espaço e outras do gênero); e) dada a concepção estruturalista-sistêmica de muitas dessas teorias modernas fica possível a incorporação até mesmo da "dialética", fato pitoresco, senão preocupante, pois se concebe como "dialéticos" a teoria dos jogos, da gênese, o movimento (?) interno e externo da estrutura, as oposições (antinomias?) entre proposições ou paradigmas, a tendência espacial e temporal, etc.; f) dado o ecletismo evidente, aliado à permanente busca de "atualização" dos adeptos dessas correntes, observa-se (até mesmo) "conversões" recentes aos postulados marxistas ou, pelo menos, aos mais amenos postulados. Assim, alguns conceitos e categorias ou mesmo construções teóricas próprias do marxismo, vão sendo gradativamente agregadas ao discurso, sem alterar-lhe, entretanto, a substância, que permanece fiel ao seu núcleo lógico de origem.

Também pelo lado do que se denominou "pólo crítico", certas insuficiências também têm contribuído para a relativa dificuldade de se firmar uma Geografia Alternativa:

a) Muitos críticos da velha Geografia estão confundindo o combate ao positivismo com o combate à própria Geografia, cujos resultados têm sido a sua gradual liquidação como ciência, o abandono de seu temário legítimo e o refúgio nas chamadas ciências sociais em geral, abstraindo de que os meios científicos e a sociedade em geral, esperam dos geógrafos a sua contribuição específica e peculiar; b) também ocorre, particularmente entre os marxistas, a suposição de que a postura ética e o combate puramente ideológico, serão suficientes para abalar correntes do pensamento, cuja força assenta-se não apenas na tradição científica, como principalmente, no seu amplo domínio nos meios acadêmicos institucionalizados, nos meios de divulgação e nas esferas oficiais que definem as políticas específicas no âmbito da Geografia. É

possível que para este tipo de crítico, seja custoso aceitar a idéia de que nas condições atuais dessa hegemonia, o marxismo possa ser simplesmente mais uma alternativa de trabalho teórico, e que a ampliação do espaço no qual opera dependerá muito mais do crescimento em qualidade e quantidade dos estudos particulares sob sua inspiração; c) como muito bem apontou Milton Santos, o marxismo presente na Geografia, além do mais, ressent-se fortemente de formas diversas de dogmatismo do tipo verbalizante, que segundo ele, não contribuem para a discussão que se faz necessária: "Não basta jogar com categorias marxistas de forma dogmática como se os fatos, ontem e hoje, se pudessem dar de uma vez por todas" (p. 133). Esse dogmatismo, principalmente aquele derivado de um forte apego, não às formulações do marxismo em geral, mas em particular, aos postulados da obra de cunho mais econômico de Marx, tem impedido a penetração das teorias "alternativas" marxistas a muitos redutos aparentemente inespugnáveis sob a hegemonia do positivismo; d) a tarefa de renovação crítica sob a inspiração do marxismo pode tornar-se problemática, se não incidir centralmente na discussão do objeto teórico da Geografia. Quando Marx criticou o idealismo e a metafísica em geral, apontando a sua inversão na relação sujeito-história, ele ao mesmo tempo lançou seus argumentos contra o materialismo vulgar (o empirismo) e o naturalismo presentes em particular na economia política burguesa. Esta é uma questão que interessa de perto ao debate recente, pois é comum o discurso crítico apontar o "idealismo subjetivista" presente nas teorias sob a percepção do espaço, por exemplo, escudado num argumento aparentemente marxista, mas que bem poderia ser rotulado de materialista (só), na medida em que postula a existência de um espaço "concreto", de "alguma coisa atrás da paisagem", do espaço "construído" (cristalizado?), e até do "espaço geográfico", como concepção de "meio geográfico". Ora, a contraposição entre espaço percebido e espaço concreto, é própria do debate entre empiristas e racionalistas, e não outra coisa.

A introdução do método dialético na Geografia, implica a alteração de alguns pressupostos ontológicos e metodológicos, sem o qual ele tornar-se-á uma "lógica especial" a mais, incapaz de captar o movimento próprio do ser e mudar radicalmente o modo de pensar.

No tocante aos pressupostos onto-metodológicos presentes na Geografia, a primeira discussão que se faz necessária é a que envolve a questão do "ponto de partida" num processo de investigação. Em termos muito esquemáticos, a primeira oposição a esse

respeito é aquela, já clássica, entre conhecimento "a priori" e conhecimento "a posteriori", envolvendo, como se sabe, o velho embate entre empirismo e racionalismo. No primeiro caso, a referência a Kant é clara, e remete aos seus "princípios a priori" e às limitações do sujeito em apreender a essência da "coisa em si". No segundo, está-se referindo aos empiristas em geral (Locke, Hume e outros), em que o conhecimento decorre da experiência (a mente é um "papel em branco"), sobre o qual são riscados os traços da vida, etc.). Mais preocupado com as formas do entendimento do que propriamente com os objetos do mundo real, o racionalismo kantiano centrou-se na análise dos mecanismos inerentes à razão e nas categorias da intuição (estética transcendental) e do entendimento (lógica transcendental). Os empiristas, ao contrário, procuraram desenvolver o método "científico" de investigação a partir de suas experiências com a física, a biologia, etc., detalhando as etapas necessárias (observação, taxonomia, análise, interpretação, leis, etc.) da construção do conhecimento.

Hegel, diferentemente das duas correntes que o precederam (contesta os empiristas pelo seu dogmatismo estreito e o racionalismo kantiano pela sua inapreensão da essência), introduz o método dialético, que implica na aceitação da contradição imamente ao movimento dos objetos reais, da história e do pensamento (espírito). Para ele, há uma relação dialética necessária entre idéias e mundo real (reflexão) e o Ser deve ser concebido como ser-em-si, ser-para-si e ser-para-nós. A coisa em si portanto, inapreensível para Kant, não existe, porque não existe nada independente da idéia. Para Hegel, entretanto, o ponto de partida é o Ser Absoluto (desprovido de todo conteúdo), o Nada, e o ponto de chegada, o Espírito Absoluto (a Idéia em sua forma perfeita).

Marx e Engels, por seu lado, assestam suas baterias contra o empirismo (materialismo vulgar), o racionalismo e o idealismo hegeliano e pós-hegeliano. Resgatam de Hegel o método dialético, mas o põe de "caabeça para baixo", isto é, descontextualizam-no do idealismo, tornando-o materialismo dialético. A crítica marxista repousa justamente na questão do ponto de partida de Hegel, ou seja, no conhecimento a partir da idéia (do espírito, daí a importância de resgatar esse debate.

Inverter essa perspectiva, para Marx, significa partir do mundo dos homens reais, das formas como estes homens produzem e reproduzem a vida material, entender a consciência como determinação da história concreta, aplicar o método dialético, fundamentalmente para apreender as conexões internas do movimento contra-

ditório da história. O "ponto de partida" não implica a "observação de fatos concretos ou sensíveis". Ele deve referir-se, necessariamente à totalidade concreta, ou seja, às determinações mais gerais que impulsionam o movimento, que dão vida à história. Não à totalidade como categoria vazia ou abstrata, um ente ou um mito, nem à totalidade (estrutural) como somatória de partes, mas como o conjunto das determinações obtidas das sucessivas concreções do pensamento. Marx não parte, nem do valor, como célula elementar e abstrata da produção capitalista (uma idéia), nem da mercadoria como célula elementar concreta (no sentido de produto físico), mas dessas categorias reais como "síntese de muitas determinações", como expressões contraditórias de tudo o que se envolve com a sociedade capitalista em geral. Não existe, portanto, pelo menos na concepção de dialética para o marxismo, aquela deturpação metodológica, de partir do fato empírico "mais simples" (o mundo da causalidade infinita), até (não se sabe como), alcançar o que está "por detrás" do fenômeno ou da aparência, ou a sua determinação mais geral. Não há, para o marxismo, nada por "trás" e muito menos na "frente", assim colocados. O materialismo dialético é justamente a superação dessa dicotomia.

Retornamos assim a uma velha questão na Geografia. Qual é a totalidade para a investigação teórica no âmbito dessa ciência? Como já foi dito, não há totalidade possível, pelo menos para o método dialético, enquanto permanecer a confusão entre objeto empírico e objeto real, entre coisa e processo.

A infinidade de coisas e os fatos a elas ligados, eleitos como objeto da Geografia, induz necessariamente a um tipo de totalidade, ou seja, aquela expressa formalmente pelos sistemas, modelos e outros artifícios lógicos do gênero. Ora, não se trata, nesse caso, de totalidade, mas de "estrutura empírica ou lógica", resultado da experimentação e análise ou de dedução lógica; estruturas construídas no final da investigação ou deduzidas de axiomas considerados válidos, que em um ou noutro caso, tornar-se-ão, para os eventuais consumidores, modelos apriorísticos de investigação.

Que a Geografia deva ter um discurso particular que lhe dê consistência e validade social, parece ser ponto de consenso entre as diferentes correntes. Entretanto, que esta consistência científica deva ser buscada no cientificismo neo-positivista, aí se terá entrado no dissenso. O discurso particular da Geografia, frente à totalidade dos discursos da ciência em geral, deve estar respaldado, do ponto de vista do método dialético, na existência

de uma particularidade real da totalidade real. E Esta particularidade existe. Muito já se escreveu sobre a importância da espacialidade contida nos processos sociais, a territorialidade presente no modo de ser e na expansão do capitalismo e na política dos Estados, a desigualdade territorial intrínseca como expressão do modo desigual de ser da produção capitalista e até a "sobredeterminação" do espaço construído e em permanente reconstrução sobre os próprios modos de produção. Este pode ser o objeto real da investigação teórica em Geografia. O que o diferencia dos outros é justamente o fato de que seu ponto de partida não é a intuição emanada da observação sensível, nem axiomas, paradigmas ou princípios absolutos sobre "fatos" espaciais, regionais, etc., mas um processo real.

No lugar da "diferenciação espacial", da "organização do espaço", etc., os processos de construção do espaço social, de valorização do espaço social. Trata-se, em qualquer das formulações, de reconhecer a existência real de uma espacialidade contida nos processos reais, de descoisificar o espaço, de vitalizá-lo com o sopro do movimento histórico.

Entendido assim o objeto, torna-se possível desnudá-lo e apreender as suas conexões internas, as suas mediações com a totalidade social e a sua contraditoriedade própria. Não há contradições "espaciais", porque não existe processo espacial, mas em contrapartida, há espacialidade contraditória, numa história que se move pela contradição, expressas na afirmação que a sociedade faz de seu espaço ao dominá-lo - utilizando-se dele, expandindo-se nele e reproduzindo-se nele -, mas simultaneamente, na negação desse espaço por essa mesma sociedade, ao destruí-lo e reconstruí-lo sucessivamente, ao fragmentá-lo e torná-lo desigual, ao servir-se dele como móvel de opressão, impregnando-o plenamente de suas próprias contradições.

Entretanto, é nessa simultaneidade de afirmação e negação que o movimento histórico da relação sociedade-espaço avança em direção ao futuro. A negação da negação desta relação necessariamente contraditória será assim, a sua permanente reafirmação como ser historicamente renovado, uma outra coisa, como diria - Hegel, diferente em qualidade dos termos da oposição e do momento historicamente anterior.

Finalmente, a introdução do método dialético na investigação própria dos geógrafos, deve ser pensada em sua dupla finalidade.

A primeira é aquela que interessa à tarefa crítica, face às correntes fundamentalmente positivistas e coisificadoras do objeto. Nesse caso, a eficácia da dialética é inquestionável, pois ela é elementarmente subversiva, desde Heráclito, ao negar a ordem existente no pensamento formal e introduzir-lhe a dúvida, a inquietude e a contradição, submetendo o conhecimento às reflexões do permanente fluir do movimento.

A segunda, e que se segue à sua função negadora, interessa à construção teórica sobre novas bases, fundamentalmente ontológicas, apegada radicalmente aos objetos reais e à história, um conhecimento permanente renovado em seu devir.

São Paulo, 15 de novembro de 1983.

## BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, N. - La Dialectica em Marx, in La Evolución de La Dialectica, Eds. Martínez Roca S/A., Barcelona, 1971.
- BORNHEIM, G.A. - Dialética; Teoria, Práxis (Ensaio Para uma Crítica da Fundamentação Ontológica da Dialética), São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Ed. Globo, 1977.
- CHRISTOPOLETTI, A. (org.) - Perspectivas da Geografia, São Paulo, DIFEL, 1982.
- COSTA, W.M. - O Espaço Como Categoria de Análise, in Revista do Departamento de Geografia, Nº 2 (No Prelo).
- ENGELS, F. - Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, Lisboa, Ed. Estampa, 1971.
- GOLDMANN, L. - Origem da Dialética (A Comunidade Humana e o Universo em Kant), Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1967.
- HEGEL, G.W.F. - Textos Dialéticos (sel. e trad. de Djacir Menezes) Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1969.
- KANT, E. - Crítica De La Razón Pura (Tomos I e II), Buenos Aires, Ed. Losada, 1960.
- LENIN, V.I. - Materialismo Y Empírocriticismo (Obras Escogidas, Vol. IV), Moscú, Ed. Progreso, 1976.
- MARX, K. - O Capital (Crítica da Economia Política), Livro 1, Vol. 1, Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1971.
- Contribución A La Critica De La Economia Política, Madrid, Alberto Corazon Ed., 1970.
- Miseria De La Filosofia, Madrid, Aguilar, 1973
- MORAES, A.C.R. e COSTA, W.M. - A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço, in Novos Rumos da Geografia Brasileira, São Paulo, HUCITEC, 1982.
- ROSSI, P. - La Dialectica Hegeliana, La Evolución de La Dialectica, Ed. Martínez Roca S/A., Barcelona, 1971.
- SANDOR, P. - Histoire De La Dialectique, Paris, Les Ed. Nagel, 1947.
- SANTOS, M. - Por Uma Geografia Nova, S. Paulo, HUCITEC, 1978.
- Alguns Problemas Atuais da Contribuição Marxista à Geografia, in Novos Rumos da Geografia Brasileira, São Paulo, HUCITEC, 1982.



A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CRISE: EM BUSCA  
DA DINÂMICA ESPACIAL DO VALOR

Texto a ser apresentado no Seminário "FILOSOFIA E GEOGRAFIA", promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Rio de Janeiro - 25/29 de novembro de 1983.

Cláudio Antonio G. Egler

Departamento de Geociências  
UFPB

"A vida é o espaço em movimento".

Pablo Neruda

## I - INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é ambiciosa, primeiro porque está entre seus objetivos trazer o debate da crise econômica, social e territorial para o meio dos geógrafos, que lamentavelmente se defrontam com a crise do debate sobre os rumos de sua ciência. Segundo porque procura demonstrar que as relações entre espaço e território constituem um tema a ser trabalhado pela geografia, pela riqueza analítica que pode trazer para a compreensão das questões colocadas pela complexidade da realidade atual.

Para tanto, parte da construção do conceito de território, enquanto forma simples e concreta da relação sociedade e natureza e procura restituir a unicidade do conceito de espaço através do valor, não como categorias que se adicionam, mas buscando a espacialização do valor, ou seja procurando mostrar que possuem o mesmo estatuto lógico.

Para tanto, partiu-se da crítica a concepção perrouxiana de espaço, enquanto dicotomia banal/econômico, polarizado/homogêneo; concepção esta que embora já tenha sido formulada há mais de 20 anos, não mereceu uma crítica contundente quanto ao seu fundamento lógico, isto é a noção de concorrência monopólica ou imperfeita como um estado de equilíbrio concorrencial às avessas.

Esta crítica pressupõe não apenas reconstituir a relação entre acumulação e concorrência capitalista, como também repensar o conceito de espaço a partir da Teoria do Valor, pedra

angular para a compreensão das leis gerais do modo capitalista de produção.

Nesta direção, alguns percalços teóricos são necessários, e para tanto partiu-se da noção de território, enquanto manifestação simples, para chegar a dimensão espacial da dinâmica da produção capitalista, retornando a seguir para a materialização da concorrência capitalista sobre o território.

Cumprе advertir, por final, que este trabalho constitui uma reflexão ainda inacabada sobre a dimensão territorial da crise e, mais do que uma resposta, se propõe a explorar caminhos que possam contribuir para a compreensão geográfica da profundidade da crise que atravessamos.

## II - A ESTRATÉGIA TERRITORIAL DA GRANDE EMPRESA

O padrão de acumulação capitalista do Pós-guerra caracteriza-se pelo crescimento e expansão do grande conglomerado financeiro que, pelas dimensões dos capitais acumulados e pelo controle do progresso técnico, domina a concorrência nos ramos industriais mais dinâmicos, estabelecendo preços e margens de lucro em escala mundial<sup>1</sup>.

A disponibilidade de grandes massas de capital, que permite atingir elevadas escalas de produção, e o controle tecnológico, que garante o acesso a níveis elevados de produtividade, constituem verdadeiras barreiras a entrada de eventuais concorrentes nos ramos industriais dominados pelo oligopólio; o que lhe confere a capacidade de competir em qualquer ponto da superfície terrestre.

O aspecto inovador que este padrão de acumulação traz para a análise geográfica está justamente na capacidade que possui a grande empresa em definir economicamente os contornos do território sob seu controle. Em outras palavras, ela prescindir, em certo nível, do Estado Nacional para traçar politicamente as fronteiras de campo de atuação.

Excetuando a industrialização originária inglesa, onde as vantagens econômicas acumuladas pela Grã-Bretanha em relação aos seus eventuais competidores permitem relativizar o papel do Estado, todas as demais industrializações ditas "tardias", como os EUA, a Alemanha, ou o Japão, contaram com uma ativa política territorial de suporte as empresas nacionais; política esta expressa principalmente no protecionismo tarifário.

Mesmo na primeira fase do capitalismo monopolista, foi uma ativa política territorial dos Estados Nacionais que definiu os contornos dos grandes Impérios Coloniais, onde as fontes de materias primas e os mercados estavam reservados aos grupos econômicos metropolitanos, regulando assim politicamente a concorrência entre os oligopólios desta ou daquela nação.

O resultado desta ativa participação do Estado na concorrência oligopólica só poderia ter desembocado em conflito aberto, como ocorreu nas duas grandes guerras, de onde emerge a hegemonia norte-americana sobre seus antigos competidores econômicos, hegemonia esta que permite a grande corporação americana extravasar suas fronteiras nacionais e estabelecer-se em qualquer parte do mundo.

Entretanto, a extraordinária acumulação e o, não menos espantoso, progresso técnico atingido a partir dos anos 30 e especialmente no período posterior ao segundo conflito mundial, permitiram ao grande conglomerado financeiro estabelecer uma estratégia territorial global.

A princípio com o guarda-chuva do Estado, mas a medida que estabelece no processo produtivo as regras da concorrência, afastando os eventuais competidores, é o próprio oligopólio quem traça os contornos de sua área de atuação, extrapolando os limites do Estado Nacional e de seus mecanismos de controle.

Vários autores já trabalharam sobre esta questão mas foi principalmente Perroux que a tratou com a dimensão espacial, mostrando como a grande empresa define um "espaço econômico" que não se ajusta aos contornos do "espaço banal" sujeito as fronteiras políticas<sup>2</sup>:

## DESEQUILÍBRIO E CONCORRÊNCIA MONOPÓLICA: A VISÃO DE PERROUX

A construção perrouxiana dos "espaços econômicos" e dos "pólos de desenvolvimento" tem o mérito de romper com as limitações das análises regionais neoclássicas fundadas no equilíbrio geral Walrasiano e, como Myrdal, coloca a questão do desenvolvimento cumulativo e desigual entre nações e regiões<sup>3</sup>.

O ponto central da visão de Perroux reside no que denomina "a economia dominante", onde as relações entre os agentes econômicos, longe de respeitar as regras do jogo da livre concorrência, são estabelecidas de acordo com "a força, o poder e a violência". A economia dominante está fundada na concorrência monopolista, tal como formulada por Chamberlin<sup>4</sup>, isto é uma estrutura de mercado controlada por grupos que, através da diferenciação dos produtos, dominam a competição em ramos da indústria<sup>5</sup>.

O problema que tanto Chamberlin, como Perroux são obrigados a definir a "concorrência monopolista" ou a "economia dominante" a partir da construção do equilíbrio geral Walrasiano, ou seja o quadro teórico de referência embora procure negar a hipótese da concorrência atomizada e o equilíbrio das forças do mercado acaba por definir um reflexo, uma imagem virtual, fundada na concorrência entre grupos e no desequilíbrio de fatores<sup>6</sup>.

É sobre este alicerce teórico que Perroux constroeu os conceitos de "espaço banal ou geonômico" e de "espaços econômicos". O "espaço banal" de uma firma é aquele sobre o qual estão situados os meios materiais e pessoais da firma funcionando: as construções, as máquinas, as matérias primas, os homens no trabalho<sup>7</sup>. Por outro lado, a firma define tres ordens de espa

ços econômicos: o espaço contido de um plano, definido pelo "conjunto de relações que existem entre a firma e de um lado os fornecedores de 'input' (matéria prima, mão de obra e capitais), de outro lado os compradores de "output" (compradores intermediários, compradores finais)"<sup>8</sup>.

O segundo nível de espaço econômico é o espaço polarizado, considerado como um campo de forças "constituído por centros (ou pólos ou focos) de onde emanam forças centrífugas e onde vão forças centrípedas"<sup>9</sup>. Estas forças determinam uma zona de influência econômica ligada ou não a zona de influência topográfica ou banal.

Por final, a firma define um espaço homogêneo a partir de suas relações com outras firmas, como por exemplo a estrutura de preços de um determinado mercado, isto é, "a firma possui uma estrutura mais ou menos homogênea àquela das outras firmas que são suas vizinhas topograficamente ou economicamente"<sup>10</sup>.

A definição dos espaços econômicos enquanto estruturas independentes do espaço banal ou, como Perroux frequentemente utiliza, do território, revela nitidamente o resultado da aplicação correta de uma concepção econômica errada. É evidente que se a concorrência é definida a partir do comportamento das firmas vis a vis ao mercado e não a atividade produtiva, como o faz Chamberlín e também Perroux, só poderia reduzir ao banal as condições objetivas da produção, isto é "os edifícios, as máquinas, as matérias primas" e principalmente os "homens no trabalho".

O problema central das teorias da concorrência que tem como matriz o modelo do equilíbrio Walrasiano está justamente na impossibilidade de estabelecer o nexo entre concorrência e acumulação capitalista, em entender o monopólio como resultante da concentração e centralização de capitais e não como uma



forma de mercado.

E esta dissociação entre acumulação e concorrência que está na base da dicotomia entre espaço e território, ou espaços econômicos e espaço banal na construção perrouxiana, e para vencê-la e recuperar a unicidade do conceito de espaço, bem como suas articulações com o território só há um caminho a seguir : buscar definir o espaço no interior da Teoria do valor, enquanto lei geral e abstrata do modo capitalista de produção.

Para fazê-lo vamos partir de que "o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas" determinações, isto é a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação"<sup>11</sup>.

#### IV - O TERRITÓRIO COMO EXPRESSÃO CONCRETA DAS RELAÇÕES SOCIEDADE/NATUREZA

Para tanto, o ponto de partida é relação mais simples entre sociedade e natureza, isto é, o território. A delimitação de um território na superfície da Terra é tão antigo quanto as comunidades primitivas e tão moderna quanto as potências econômicas da segunda metade do século XX. Ao apropriar-se de uma determinada porção da superfície da terra, qualquer formação socio-econômica define um território, seja ele a vasta área de pastoreio de uma tribo nômade, com os limites imprecisamente definidos, ou os contornos vivos das fronteiras políticas e ideológicas entre blocos de poder global, como ocorre entre as duas Alemanhas.

Erram aqueles que igualam a noção de território com

O ideário do Estado-Nação (do qual Ratzel é a melhor expressão). É a visão burguesa do território nacional, que constituiu um "elemento crucial para a criação de condições internas (por exemplo um mercado nacional) e externas para o desenvolvimento da 'economia nacional' por meio da organização e ação do estado"<sup>12</sup>.

A delimitação do território nacional significa a negação da propriedade dos meios de subsistência, especialmente a terra, pela massa de indivíduos de uma nação que, separados de seu suporte natural e inorgânico, dispõe-se a vender sua força de trabalho. Para estes indivíduos, "todas as condições objetivas da produção são propriedades estrangeiras, ou, para eles não-propriedade"<sup>13</sup>.

A constituição do Estado-Nação, enquanto proprietário último do Território, isto é das condições naturais da produção como a terra ou os recursos naturais, só oculta uma relação entre proprietários e despossuídos, e está na base do desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, só é possível entender a "superfície da Terra nos dias atuais como um mosaico de territórios nacionais, como um 'mundo de nações'".

Este mosaico de territórios nacionais constitui a face concreta do modo capitalista de produção, e expressa a conformação de um mercado de força de trabalho e a definição de um espaço de acumulação de capitais o qual está delimitado não apenas pela conformação física das fronteiras, mas pelo estabelecimento de uma moeda nacional, enquanto signo de valor que sanciona as relações econômicas em um território determinado.

Para definir este espaço de acumulação é necessário perceber que a forma básica de socialização do trabalho sob o capitalismo é a circulação de mercadorias, pois "os produtos do trabalho são mercadorias quando são produtos de trabalhos

privados destinados a sociedade em geral, e, por tanto, quando estão condenados a manifestar seu caráter social através de uma operação de troca<sup>14</sup>.

## V - O ESPAÇO HOMOGÊNEO DO VALOR

A socialização dos trabalhos individuais concretos, onde os produtos ou valores de uso diluem-se como parte global da sociedade permite a construção de uma categoria genética que é a sociedade mercantil simples, formada por produtores independentes "onde é a própria sociedade que aparece como consumidora de trabalho"<sup>15</sup>. Nesta sociedade simples é possível buscar uma homogeneização dos trabalhos distintos no trabalho humano abstrato, que permite que se estabeleçam relações de valor entre diferentes mercadorias.

Assim, "o trabalho abstrato é uma relação social que transforma os produtos do trabalho em classes de equivalência, denominadas mercadorias, de um espaço homogêneo em que se pode definir uma medida denominada valor"<sup>16</sup>.

Neste ponto, chegamos a um conceito abstrato, homogêneo, de espaço - o espaço do valor, onde todas as mercadorias se trocam pelos seus valores, isto é pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Neste espaço, o nexó que interliga os produtores independentes é social, pois a atividade particular de cada um como produtor só adquire sentido quando remetida à atividade geral e, portanto, à sociedade enquanto consumidora de trabalho"<sup>17</sup>. Em poucas palavras, cada indivíduo pertence a este espaço por ser átomo de trabalho humano abstrato.

## VI - A VALORIZAÇÃO DO VALOR: O ESPAÇO DO CAPITAL

A partir desta construção abstrata de espaço, definido como um "espaço do trabalho humano abstrato", vamos percorrer o caminho inverso e reconstruir o concreto; para tanto, retomemos a conexão lógica expressa no dinheiro enquanto manifestação exterior dos valores das mercadorias.

A moeda é inseparável da circulação mercantil, isto porque funciona como equivalente geral para as trocas, permitindo que os diversos produtos do trabalho humano espelhem seu valor. Na verdade "o cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de fato, iguados entre si e, portanto, convertidos em mercadorias"<sup>18</sup>.

O dinheiro nasce dentro do processo de circulação mercantil e representa a antítese entre o valor de uso e o valor latente na natureza das mercadorias, e esta antítese leva a uma duplicação da forma mercadoria entre a mercadoria e o dinheiro. O dinheiro está definido no espaço abstrato do trabalho humano, entretanto ao mesmo tempo que se apresenta enquanto fator de ligação entre os produtores independentes, pois permite igualar os produtos de distintos trabalhos, é também uma força de desagregação já que, ao representar um signo do valor que se torna independente das demais mercadorias, um não-valor de uso, acaba por se externalizar ao processo normal de troca, enquanto trabalho social cristalizado.

O dinheiro, enquanto cristal de trabalho social, cumpre um papel fundamental no delineamento da produção capitalista, pois é através dele que o detentor dos meios materiais do

trabalho se apresenta enquanto comprador de uma mercadoria particular, adquirida na própria esfera de circulação mercantil, "cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor"<sup>19</sup>, isto é a capacidade de gerar uma mais valia, esta mercadoria é a força do trabalho.

Dinheiro e trabalho são pressupostos lógicos definidos no espaço homogêneo do valor, entretanto a constituição do capital, enquanto valor que se valoriza, estabelece uma profunda polarização no espaço do valor, pois rompe com a autonomia dos produtores independentes e inaugura o processo de produção social, onde capitalistas e trabalhadores se defrontam enquanto pólos opostos no mundo das mercadorias.

O espaço do capital está construído sobre o espaço do valor, a troca de equivalentes é o princípio homogeneizador, mas seu motor é a valorização do valor, a oposição constante entre trabalho e capital, entre trabalho necessário e trabalho excedente, entre trabalho vivo e trabalho morto. O capital, enquanto contradição em processo, atua como um ímã que atrai mais valia e repele a própria essência do trabalho, isto é a figura do trabalhador.

A homogeneidade subsiste sob a polarização, o espaço do capital é ao mesmo tempo mercantil e capitalista, construído sobre a igualdade das mercadorias trocadas, inclusive a força de trabalho, e sobre a profunda desigualdade na distribuição dos resultados efetivos da produção.

A construção do conceito de capital, enquanto valor que se valoriza, impõe uma dimensão dinâmica, espaço-temporal, ao ciclo estacionário e reprodutivo de uma economia mercantil. Este dinamismo se apresenta na reprodução ampliada, isto é na capacidade de transformar a mais-valia em novo capital potencial

do seu poder sobre as condições materiais do trabalho; eis aqui a essência da acumulação de capital, quanto lei geral de movimento do modo capitalista de produção.

A acumulação de capital reflete a complexidade dinâmica da produção capitalista de mercadorias, primeiro porque sua própria definição requer a existência de uma acumulação prévia ou originária, que representa a separação do trabalhador das condições naturais de sua existência, onde a subsunção do trabalho e o capital é formal, isto é depende de meios externos ao próprio processo de produção.

Entretanto, na medida em que o capital penetra e domina a produção social a subsunção é real, a acumulação é agora especificamente capitalista, o trabalho é agora submetido a base técnica e material do capital, que a partir daí impõe sua imagem a toda estrutura social e econômica. " |É | esse um processo contínuo. Simultaneamente a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais dos que até então não se apoderara, e nos quais ainda |se dá | apenas a subsunção formal. Tão logo se apodera da agricultura, da indústria de mineração, da manufatura das principais matérias têxteis etc, invade os outros setores onde unicamente |se encontram | artesãos formalmente independentes ou ainda independentes |de fato |"<sup>20</sup>.

A acumulação de capital é duplamente progressiva, primeiro porque se espelha na expansão constante de novas formas produtivas que destroem as formas pretéritas, ou seja reflete a expansão dinâmica do modo capitalista de produção a todas as esferas geográficas. Segundo porque, reinventa continuamente a sua imagem, isto é na negação do trabalho, e na busca de margens extraordinárias de lucro introduz novos meios de produção que destroem e recriam continuamente capital.

O processo de centralização é a expressão nítida deste movimento, ao expropriar pequenos capitais e mobilizar a riqueza social em escala crescente, o capitalismo criou alavancas para uma expansão sem precedentes potenciando seu campo de ação, destruindo não apenas formas prē-capitalistas, mas também capitais atrasados no processo de concorrência.

Essa dupla dinâmica da acumulação tem uma nítida expressão espacial: as relações centro-periferia, onde o centro manifesta o desenvolvimento do capitalismo em profundidade, ampliando a escala de produção e introduzindo progresso técnico, e a periferia expressa a conformação de uma área de influência onde o capital expande sua área de atuação<sup>21</sup>.

A dinâmica centro-periferia constitui a espacialização fundamental do capitalismo, deriva de sua própria essência contraditória e progressiva descrita na lei geral da acumulação. Sô é possível entender o "desenvolvimento desigual e combinado" neste contexto, enquanto expressão do movimento inerente ao modo especificamente capitalista de produzir mercadorias.

Aparentemente a dinâmica centro-periferia possui o mesmo estatuto teórico do que a noção dos "polos de desenvolvimento" de Perroux. Mas a aparência esconde radicais diferenças de conteúdo. Centro e Periferia resultam do processo de acumulação enquanto tendência histórica do capitalismo, e como tal não existe nenhum pressuposto de que a periferia se transforme no centro, ou seja que se produza uma igualação dos níveis de desenvolvimento, pelo contrário a dinâmica centro periferia é uma sucessão de desníveis, é em si a expressão espacial da instabilidade e da anarquia da produção capitalista.

Por outro lado, os "polos de desenvolvimento" constituem a manifestação espacial do equilíbrio da concorrência mo

no pólica, ou entre grupos monopolistas, e do desequilíbrio que esta concorrência produz nos setores ou espaços "marginais". O desequilíbrio só existe medido no equilíbrio, e cabe ao Estado atuar no sentido de obtê-lo. Em outras palavras, o desequilíbrio gerado pelos "pólos de desenvolvimento" só é benéfico para a busca ao pretense equilíbrio. É um falso problema e uma pior solução.

#### VII - ESTADO, MOEDA E SALÁRIOS: O ESPAÇO NACIONAL PARA O CAPITAL

A dimensão territorial da dinâmica centro periferia, enquanto espacialização geral da acumulação capitalista exige que se realize uma nova aproximação a realidade concreta, que só é possível a partir dos conceitos de dinheiro e força de trabalho, já definidos no espaço homogêneo do valor. Estes conceitos constituem chaves lógicas para o entendimento da dimensão histórica e geográfica do modo capitalista de produção.

O dinheiro possui um duplo caráter que lhe é intrínseco, é ao mesmo tempo medida ideal de valor e padrão real de preços. Para que assuma esta última condição é necessário que se ja sancionado socialmente como tal, isto pressupõe o papel do Estado, enquanto "órgão consciente da sociedade produtora de mercadorias. O Estado pode fixar determinados signos — pedaços de papel — como representantes, como signo do dinheiro"<sup>22</sup>.

A separação do papel do dinheiro enquanto medida imaginária do valor e da moeda enquanto padrão real de preços, está representado pela dissociação entre o dinheiro mundial e as moedas nacionais, pois é justamente "nos diversos uniformes na



cionais vestidos pelo ouro e prata enquanto moedas e dos quais são desvestidos no mercado mundial, que aparece o divórcio entre as esferas internas ou nacionais de circulação de moedas e a sua esfera geral, o mercado mundial"<sup>23</sup>.

A constituição destas esferas internas mostra que o mercado mundial, isto é a esfera geral da circulação constitui uma construção abstrata filtrada da situação concreta de nascimento do capitalismo, e só pode ser definida a partir de suas partes integrantes, isto é as economias nacionais em formação. Esta passagem lógica é importante pois "é só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato"<sup>24</sup>, entretanto o mercado mundial só existe enquanto um conjunto de mercados nacionais ou internos, do mesmo modo o dinheiro mundial só pode assumir sua forma ideal de equivalente ao espelhar diversos padrões de preços; isto é distintas moedas nacionais. Em outras palavras, o espaço abstrato do valor só é homogêneo enquanto representação virtual de distintas porções heterogêneas, isto é economias nacionais com diversos graus de desenvolvimento econômico, social e histórico.

A moeda nacional define um espaço monetário que se subordina ao território, pois representa o padrão de preços vigentes para o segmento monetizado da economia. Embora sua validade refrate nas fronteiras do território, é importante frisar que a simples circulação monetária não significa que todas as trocas internas se efetuem segundo este padrão de preços, pois é possível a existência de vastos segmentos onde a troca ainda seja pouco desenvolvida e se realize através do escambo.

Entretanto, o papel de unidade de medida, de padrão de preços, da moeda nacional assume capital importância justamente no setor capitalista da economia, pois é através dela que se expressam os salários, enquanto preço da mercadoria força de trabalho, que, como qualquer outra, é adquirida por seu valor, isto é o trabalho necessário para a produção e reprodução do trabalhador.

Embora, o valor da força de trabalho seja determinado pelo trabalho social e sua aquisição se faça através da troca de equivalentes, é importante frisar que na determinação do quantum de trabalho social necessário a manter e reproduzir o trabalhador está contida uma ponderação que depende de "fatores históricos e morais"<sup>25</sup>.

Estes fatores "históricos e morais", e porque não dizer geográficos, estão na base da diferenciação nacional (e regional) dos salários, embora subordinado a lei geral da acumulação capitalista e da conformação do exército industrial de reserva. Entretanto, é fundamental que se assuma que as relações entre capitalistas e trabalhadores são relações monetárias e o preço da força de trabalho está expresso, como os demais preços na esfera interna da economia, em moeda nacional.

Tanto a moeda, como os salários são categorias espacializadas e sobre elas é que se pode definir o conceito de economia nacional para o capitalismo, definida pela organização e pela atuação do Estado. Como tal, "gestão da força de trabalho e gestão da moeda são os fundamentos da intervenção econômica do Estado capitalista"<sup>26</sup>.

A constituição dos espaços nacionais só pode ser vista a partir da circulação internacional de mercadorias. O mercado interno é definido por suas relações com outros mercados

internos, que são áreas delimitadas pela concorrência intercapitalista em escala global. Neste sentido, a competição entre massas de capital constitui o instrumento central para analisar a territorialidade da produção capitalista nas diversas economias nacionais.

### VIII - CONCORRÊNCIA, OLIGOPÓLIO E TERRITÓRIO

A concorrência entre massas de capital, em busca de crescentes margens de lucro, constitui a manifestação concreta das "leis imanentes da produção capitalista", que impulsiona constantemente a acumulação e centralização de capitais.

Ao contrário da construção neoclássica que vislumbra a competição entre capitalistas exclusivamente como uma luta por mercados, a concorrência definida através do processo de acumulação e centralização resulta da contradição inerente à produção de mais valia, onde o capitalista é compelido a ampliar constantemente seu capital para permanecer no mercado.

"Os capitalistas fazem muita coisa como classe, mas certamente eles não investem como classe"<sup>27</sup>, o que significa que é justamente nas decisões quanto ao investimento que se manifesta a anarquia da produção capitalista e não nas imperfeições do mercado, conforme ideário fundado no equilíbrio dos fatores.

Neste sentido, a etapa monopólica do capitalismo não significa a concorrência monopólica de Chamberlin e Perroux, mas sim o próprio desenvolvimento da acumulação e centralização de capitais, que encontraram nos mecanismos de crédito e das sociedades por ações formas de potenciar sua capacidade de expandir a produção de mercadorias e a exportação de capitais a nível mundial.

As grandes empresas, resultantes do processo de concentração e centralização de capitais, tendem a definir margens de lucro globais por "blocos de capital", criando barreiras a entrada de novos competidores e conformando preços em escala internacional.

A concorrência capitalista se expressa objetivamente pelo crescimento do capital constante vis a vis o capital variável, isto é o aumento relativo do dispêndio com edificações, máquinas e matérias primas em relação aos gastos com salários, isto significa uma crescente imobilização em capital fixo, uma não menor dependência dos recursos naturais e da introdução do progresso técnico.

A necessidade de atingir escalas crescentes para produzir competitivamente obriga as grandes empresas a imobilizar grandes massas de capital, que se tornam "prisioneiras" do território, isto é assumem sua materialidade em grandes plantas industriais que não podem ser transportadas ou removidas, incorporam-se ao território e dele passam a fazer parte integrante.

Para fazer frente a esta imobilização, o capitalismo desenvolveu mecanismos financeiros que permitem "movimentar" o imobilizado, isto é alterar os tempos de circulação do capital fixo, entretanto uma vez congelado em edificações, fábricas, altos fornos, etc o capital só existe em tanto parte integrante e inseparável do território.

"Os produtos vinculados ao solo e que portanto só podem ser empregados em uma determinada localidade, por exemplo os edifícios fabris, as ferrovias, as pontes, os túneis, os molhes etc não podem ser exportados fisicamente, com sua pele e seus ossos. Não são objetos móveis. Um dos dois: ou são inúteis ou,

uma vez vendidos, somente podem funcionar como capital fixo no país em que se produz"<sup>28</sup>.

Este é o aspecto contraditório da grande empresa, pois na medida em que se expande em escala mundial é obrigada a investir maciçamente em grandes plantas que significam uma imobilização apreciável de capital, isto não seria um problema se o controle político sobre o território estivesse assegurado, como esteve na expansão colonial do final do século passado, entretanto tal não ocorre quando os capitalistas se defrontam com economias nacionais estruturadas e até certo ponto autônomas.

Na verdade esta "autonomia" nasce da "dependência, pois como mostra HOBBSBAWN, a melhor estratégia para uma economia transnacional neocolonial é justamente a que abrigue um máximo de estados oficialmente soberanos, cuja área e forças médias — isto é, seu poder de impor efetivamente condições sob as quais as forças e o capital estrangeiro deverão operar, sejam reduzidas ao mínimo"<sup>29</sup>.

A expansão territorial do investimento da grande empresa leva a imobilização de capitais em diferentes partes da superfície da terra, para que isto fosse possível se torna necessário a definição de um espaço monetário supra nacional, capaz de permitir a valorização financeira do capital imobilizado e a transferência contábil dos lucros. Isto ocorreu a partir da 2.<sup>ª</sup> Grande Guerra, quando os Bancos Centrais das economias capitalistas constituíram suas reservas não mais em ouro, mas sim em dólares norte-americanos. Em poucas palavras, até crise do início da década de 1970, o dólar constituiu a moeda internacional por excelência, abrindo um espaço monetário e financeiro para uma expansão sem precedentes da grande corporação, principalmente de origem norte-americana.

A conformação deste espaço monetário supranacional permitiu a grande empresa definir horizontes de investimento em diferentes porções do globo, embora sua orientação principal fosse as economias avançadas da Europa Ocidental e do Japão, que já dispunham de estrutura de mercado definida e as chamadas "economias externas", isto é uma razoável acumulação histórica de capital fixo sobre território.

No exemplo brasileiro, processo de industrialização posterior a década de 1950 procurou se ajustar, com maior ou menor vínculo, ao movimento geral de expansão capitalista. Os mecanismos de política econômica, principalmente cambial e tarifária, constituíram importantes instrumentos de ajuste, bem como o controle da remessa de lucros para o exterior. Além destes instrumentos indiretos de intervenção, o Estado atuou diretamente na conformação de uma infra-estrutura de apoio a produção expressa em estradas, portos energia, telecomunicações e insumos básicos que reduziram substancialmente os gastos das empresas com capital fixo, socializando os custos de sua implantação.

Este movimento "atrelou" o desenvolvimento industrial no Brasil a expansão do grande conglomerado internacional, a princípio com razoável grau de autonomia vis a vis a estratégia territorial da grande empresa; entretanto a partir da segunda metade da década de 60 cresceu a integração da economia nacional às estruturas oligopólicas dos países avançados, seja através da internacionalização do setor produtivo, seja pelo crescente endividamento externo necessário para manter altas taxas de investimento público e privado.

Este aumento do "grau de abertura" da economia nacional aos mecanismos financeiros internacionais levaram a uma progressiva "dolarização" do espaço monetário, isto é a avaliação

das expectativas de investimento e rentabilidade passam a ser feitas em moeda internacional e não em cruzeiros, demonstrando a fragilidade da economia nacional às oscilações da taxa de juro nos mercados de crédito e "moeda" internacionais.

A duplicidade de espaços monetários, ou seja cruzeiros para a relação salarial e dólares para os investimentos de capital, se entrelaça e assume uma materialidade contraditória em capital fixo no território. São Bernardo, Angra dos Reis, Itaipu, Cubatão, Camaçari ou Carajás não são "polos de desenvolvimento", mas sim a "pele e os ossos" que, caso fosse possível, seria arancada pelos credores internacionais.

## NOTAS

- 1 - Esta visão corresponde a concepção de Hymer, Stephen: *A Internacionalização do Capital*; Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- 2 - Perroux, Francis - *L'Economie du XX<sup>e</sup> Siecle*, Paris, PUF, 1969 p. 174.
- 3 - Ver Holland, Stuart - *Capital versus Regions*, London, The Macmillan Press, 1976, p. 49 e seguintes.
- 4 - Perroux preparou a Tradução francesa de Chamberlin, E. H. - *La Théorie de la Concurrence Monopoliste*, Paris, P.U.F., 1953, onde ele afirma e repete na "*Economie du XX<sup>e</sup> Siecle*" a novidade e a força da *General Theory* de E. H. Chamberlin".
- 5 - Perroux, F. opus cit., p. 155.
- 6 - Napoleoni observa que: "As incertezas e as dúvidas relativas ao equilíbrio da firma e a impossibilidade de definir um equilíbrio de grupo tornam a teoria da concorrência monopolista um instrumento de análise de validade teórica bastante duvidosa". Napoleoni, C. *O Pensamento Econômico do Século XX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 72.
- 7 - Perroux, F., opus cit. p. 165.
- 8 - Perroux, F. opus cit. p. 166.
- 9 - Perroux, F. opus cit. p. 167.
- 10 - Perroux, F. opus cit. p. 167.
- 11 - Marx, K. - *Para a Crítica da Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural. Série "Os Pensadores" 1974, p. 122.
- 12 - Hobsbawm, Eric - *Nacionalismo e Marxismo* in: Pinsky, Jaime. *Questão Nacional e Marxismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 195.



- 13 - Marx, K. Fondements de la Critique de L'Economie Politique, Chapitre du Capital, Paris Editions Anthropos, 1968, supplement au volume 2, p. 39.
- 14 - Aglietta, Michel - Regulacion y Crisis del Capitalismo, Madrid, Siglo XXI, p. 22.
- 15 - Beluzzo, Luis C. de Mello - Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política. Tese de doutorado em Economia - IFCH - UNICAMP, mimeo. p. 54.
- 16 - Aglietta, Michel, opus cit, p. 22.
- 17 - Beluzzo, Luis G. de Mello, opus cit p. 55.
- 18 - Marx, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política, vol. 1, Livro Primeiro, Tomo 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983. p. 81.
- 19 - Marx, Karl. O Capital, opus cit. p. 139.
- 20 - Marx, Karl. O Capital, Livro I, capítulo VI (inédito), São Paulo, Ciências Humanas, 1978, p. 67.
- 21 - Esta visão corresponde em linhas gerais aquela apresentada por Lenin, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, São Paulo, Abril Cultural, p. 372.
- 22 - Hilferding, Rudolf. El Capital Financeiro, Madrid, Editorial Tecnos, 1973, p. 28.
- 23 - Marx, K. O Capital, opus cit. p. 107.
- 24 - Marx, K. O Capital, opus cit. p. 119.
- 25 - As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento e moradia etc, são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país". Marx, K. O Capital, opus cit. p. 133.
- 26 - Brunhoff, Suzanne de - Crise Capitalista e política econômica, in Poulantzas, Nicos (org.). O Estado em Crise, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 133.

- 27 - Kalecky, M. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. São Paulo, Hucitec, 1977, p. 15.
- 28 - Marx, Karl. El Capital. Crítica de la Economía Política. Livro II, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 187.
- 29 - Hobsbawm, Eric, opus cit, p. 301.

## MESA REDONDA: GEOGRAFIA E DIALÉTICA

- DEBATE SOBRE OS TEXTOS: a) A DIALÉTICA E SUA INTRODUÇÃO NA GEOGRAFIA DE WANDERLEY MESSIAS DA COSTA
- b) A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CRISE: EM BUSCA DA DINÂMICA ESPACIAL DO VALOR DE CLAUDIO A.G. EGLER.

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS<sup>(X)</sup>

### INTRODUÇÃO

Inicialmente gostaria de colocar duas idéias, antes de me referir aos textos apresentados. A primeira se refere ao fato de que o papel dos debatedores, como pode ser observado ao longo desses três dias, foi bastante árduo.

Nós não recebemos em tempo hábil os textos - um deles eu recebi há <sup>dois</sup> dias - o que impediu uma análise vertical, aprofundada, dos mesmos. Na medida em que os autores trabalharam com afinco e seriedade nos textos, o mínimo que se esperava era a mesma atitude por parte dos debatedores, o que foi inviável.

A segunda se refere ao fato, de que, como o próprio Wanderley escreve: "alguns conceitos e categorias ou mesmas construções teóricas próprias ao marxismo, vão sendo gradativamente a-

---

(X) Professora Assistente do Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

2

gregadas ao discurso (eu diria geográfico), sem alterar-lhe, en-  
tretanto, a substância, que permanece fiel ao seu núcleo lógico  
de origem"<sup>(1)</sup> o que eu considero extremamente sério, e uma das  
principais questões que se coloca no momento em que se discute  
geografia e dialética.

A incorporação do método dialético na geografia, significa  
um novo modo de pensar a geografia; não é uma importação de fó-  
mulas, modelos e teorias.

Nossa discussão, ao que me parece, tem uma função primor-  
dial: colocar questões para falar humildemente, abrir "picadas"  
que nos permita pensar em "superação"; na superação do conheci-  
mento geográfico atual, de suas teorias, de seu procedimento na  
abordagem de seu objeto. Nesse sentido nossa tarefa é a crí-  
tica; e esta deve ser encarada em dois níveis o da teoria e o  
da prática; e engloba necessariamente o caráter ideológico, por  
que o conhecimento é historicamente determinado; e onde se colo-  
ca, a meu ver, necessariamente duas coisas: "o modo de pensar  
da época" e o "modo de pensar a época".

Estas duas coisas estão a meu ver, muito claras ~~em Marx~~ no  
~~seu trabalho~~. <sup>de Marx</sup> As teorias sobre a mais valia, obra histórico-crí-  
tica, onde o autor faz uma análise da produção científica de um  
momento da história, onde ele dialoga, critica severamente e  
até "debochadamente" uma série de autores. Mas onde é nítida a  
diferença de tratamento que ele dá aos economistas clássicos e  
aos vulgares. Enquanto os primeiros representam efetivamente  
um passo adiante na cadeia do conhecimento da realidade, e sua  
crítica é basicamente metodológica, reconhecendo os avanços que

---

(1) página 23

~~elas~~ possibilitaram a economia política; os "vulgares" são apolo-  
géticos, representantes de um determinado modo de pensar.

"Em rigor - escreve Marx - os economistas vulgares (de mo-  
do algum devem ser confundidos com os investigadores econômicos  
que vinhamos criticando) traduzem os conceitos, motivos etc. dos  
representantes do modo de produção capitalista *apurado* por  
este sistema de produção em cuja consciência só se reflete sua  
aparência superficial"<sup>(1)</sup>.

Portanto, é impossível separar a produção das idéias do  
contexto histórico, político social no qual foram criadas. Por-  
tanto um elemento que permeia a discussão é, sem dúvida alguma  
o ideológico.

A propósito do ideológico *Gramsci*<sup>(2)</sup> escreve que o tra-  
balho científico tem 2 aspectos principais: um que retifica in-  
cessantemente o modo de conhecimento, aperfeiçoa os instrumen-  
tos da experiência e de sua verificação e outro que aplica este  
complexo instrumental para determinar o que é arbitrário e o que  
é individual, transitório.

A respeito da Geografia tradicional o Prof. Milton Santos  
no artigo "A responsabilidade social dos geógrafos", se pergun-  
ta, se a Geografia Tradicional se desinteressa<sup>u</sup> pela sociedade e  
pelos problemas sociais. Não acho que seja exatamente uma ques-  
tão de desinteresse, mas de consciência desses problemas, do mo-  
do como o geógrafo se coloca, face a realidade, enquanto sujei-  
to do conhecimento que apreende um objeto que é dinâmico, con-  
traditório, histórico, social e que tem uma dimensão política,

---

(1) Teorias sobre a mais valia, Vol. III, p. 374

(2) Concepção materialista da história, p. 164/179

ideológica, etc.

É nesse sentido que se coloca, a meu ver a questão da dialética na Geografia, numa tentativa de quebrar a postura estática e fragmentada de se pensar o objeto de estudo; uma Geografia comprometida com a praxis.

O conhecimento é uma atividade práctico-sensível, Marx<sup>(1)</sup> na tese nº VIII sobre *Feuerbach*, escreve que "as várias formas de conhecimento encontram seu alcance e seu sentido na conexão com a atividade prática (...). A coerência abstrata, a demonstração teórica desligada da atividade social e da verificação prática não tem nenhum valor. A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é a praxis: ato, ação interação. Separando-se da praxis, a teoria se perde em problemas mal postas e insolúveis, em mistérios e misticismo".

Por isso, não concordo completamente quando o Wanderley coloca (p. 22) que "não se trata de advogar um sistema completo à moda de Hegel, mas da possibilidade ou não de produzir teorias particulares fundadas numa reflexão sobre a totalidade. Eu me pergunto se seria somente uma questão teórica?"

#### SOBRE O MÉTODO

Um outro ponto que gostaria de abordar diz respeito aos dois últimos parágrafos, onde o Wanderley se refere a dupla fi-

---

(1) Citado por Lefebvre, p. 179 in

nalidade da introdução do método dialético na Geografia. A primeira referindo-se a "tarefa crítica, face as correntes fundamentalmente positivistas e classificadoras do objeto"; e a segunda "a construção teórica sobre novas bases, fundamentalmente ontológicas, apegada radicalmente aos objetos reais e à história, um conhecimento permanentemente renovado em seu devir".

A tarefa crítica e a construção teórica sobre novas bases coloca-se hoje, na Geografia, como uma questão única, inseparável e fundamental.

Em primeiro lugar porque o processo de conhecimento, se por um lado tem uma natureza construtiva, "como apreensão de algo exterior ao intelecto ou pensamento, e preexistente a ele e suas operações"<sup>(1)</sup>, por outro é um processo cumulativo e, portanto histórico. Seu processo de realização se dá através da superação o que envolve uma postura crítica frente a produção científica da história, ou de um determinado momento ~~de~~ histórico. Não podemos negar que a produção de teorias se ligam ao estágio do desenvolvimento científico de determinado ramo do conhecimento.

Repensar criticamente o processo do conhecimento nos remete necessariamente a construções teóricas sobre novas bases. Daí a interrelação entre as duas finalidades apontadas no texto pelo Wanderley, e daí minha discordância ~~com~~<sup>no</sup> que se refere a tarefa crítica como negação. Ao introduzir a contração do movimento real abalando a ordem do pensamento formal não ocorre somente a negação, mas a superação (nesse momento como indisso-

---

(1) Prado Jr., Caio - Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista, p. 3

6

ciável da negação). Nesse sentido o processo de produção do conhecimento se dá pelo movimento espiral entre o que existe (a produção científica existente) e a elaboração de novas idéias; o que leva a reprodução de teorias num outro patamar de apreensão da realidade. A sensação que emanou do texto, ou melhor dessa idéia específica é que se partiria da premissa que o conhecimento deva ser refutado.

Assim a tarefa crítica, inerente ao processo de conhecimento estaria no cerne da construção teórica sobre novas bases.

No caso específico de Geografia a tarefa crítica na qual o texto se refere se ligaria fundamentalmente as correntes "positivista e coisificadoras", eu colocaria positivista e empirista, ambas coisificadoras do objeto. Aqui coloco um parentesis (vou ser chata). Na página 22 voce coloca em dois níveis diferentes a influência atual do chamado empirismo lógico ou neopositivismo, como obstáculo a plena realização do método dialético na Geografia e a fragmentação do pensamento como decorrência da fragmentação do mundo real, quando este é decorrência do 1º.

Na medida em que se coloca a necessidade da inclusão da contradição, porque é neste plano que se regasta a explicação contra a coisificação, da dúvida no pensamento, a dialética se posta contrariamente ao pensamento positivo que tem, segundo Augusto Comte a "preciosa propriedade de resumir o melhor possível o conjunto de seus atributos fundamentais (...). A capacidade característica de semelhante filosofia para construir espontaneamente a harmonia lógica no indivíduo e a comunhão espiritual na espécie inteira, em lugar dessas dúvidas indefinidas e desses debates intermináveis que o antigo regime mental devia



suscitar"(1).

O positivismo tende a separar coisas inseparáveis, resolvendo o problema simplesmente partindo que são diferentes, eliminando-se o antagonismo. Só que acho que não se resolve o problema clamando pela unidade imediata pura e simplesmente. À necessidade positivista de se ordenar sistematicamente e segundo um encadeamento interno, que gerou a pesquisa separada de cada domínio, coloca-se a premência de se buscar o encadeamento correto sua articulação apagando as linhas de demarcações rígidas. Aqui se coloca um problema de mediações que deve ser discutido e desvendado. Não se resolve o problema do espaço como produto da sociedade, proclamando a unidade entre espaço e sociedade sem discutir a mediação que determina tal relação.

Vivemos numa realidade que precisa ser decifrada, quando colocamos a possibilidade de conhecimento, colocamos a possibilidade de apreensão dos movimentos, das articulações inerentes a realidade e que implica necessariamente na destruição da aparente independência das coisas.

"Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social - escreve Kosik - é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo, desempenha, portanto uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamen-

---

(1) Discurso sobre o espírito positivo, p. 47/48.

8

te um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio"<sup>(1)</sup>.

Nesse sentido, o método dialético permitiria reconstruir o movimento da história enquanto processo de produção da vida material partindo do indivíduo real e de suas condições de existência; isso fica muito claro no texto. Wanderley coloca a idéia de que a dialética supera as demais, recupera os movimentos; e repensa a dialética historicamente.

Entre as três primeiras páginas de introdução, onde o Autor coloca a questão a ser debatida e as últimas onde retoma o problema, agora de forma mais conclusiva, permeia três capítulos, portanto a maior parte do trabalho, onde faz um relato sobre as origens da dialética desde a filosofia grega, passando por Kant e Hegel até chegar a Marx e Engels.

Considero procedente seu comportamento, é claro que os filósofos fariam melhor do que nós, mas é importante não perder a perspectiva histórica do processo de conhecimento - este é fun-

---

(1) Dialética do Concreto, p. 40/41.

9

damentalmente coletivo, enganam-se os que pensam o contrário.

É necessário colocar as coisas não perdendo de vista a cadeia do conhecimento; o momento em que vivemos não é o princípio, a estaca zero. Acho que nesse momento preciso do pensamento geográfico, em que se fala tanto de crise, é mister se fazer um trabalho histórico-crítico do pensamento geográfico, sem partir do pressuposto de que a produção científica deva ser refutada.

Por outro lado é necessário se ter o cuidado de, não se agregar ao discurso geográfico os conceitos, categorias, sem alterar a substância.

Restam ainda duas questões, ou discordâncias com o texto do Wanderley:

- A primeira se refere ao fato de que o Autor escreve que não há, para o marxismo, a deturpação metodológica de alcançar o que está por trás do fenômeno ou da aparência, ou a sua determinação mais geral.

Parece-me que aqui ele está negando a dialética entre forma e essência. Se não houvesse algo que podemos chamar de "por trás" uma essência oculta, não haveria em última análise coisificação. É porque o fenômeno, esconde e revela ao mesmo tempo sua essência que isso é possível.

Kosik<sup>(1)</sup> escreve: "captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência (...) como a ciência

---

(1) Dialética do Concreto, p. 12/13.

cia - ao contrário dos fenômenos - não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem que existir ciência e filosofia".

As formas ocultam relações, a mercadoria é um bom exemplo disso, ela aparece como coisa, mas é uma relação social. A forma ao mesmo tempo que expressa movimento expressa imobilismo, passividade; através dela se concretiza a contradição, produção social e apropriação privada.

"O capital que rende juros - escreve Marx<sup>(1)</sup> nas - teorias sobre a mais-valia - é o consumado fetiche automático, o valor que se valoriza, o dinheiro que produz dinheiro, e nesta forma já não ostenta vestígio algum de sua origem. A relação social se consome como uma relação de coisas (dinheiro, mercadorias) em si".

Se não há nada por trás, não há dicotomia; é exatamente na contradição entre aparência e essência que se dá o fetiche. O método dialético permite unir esses dois lados contraditórios e inerentes a realidade<sup>(2)</sup> numa dialética entre forma e essência, entre o que aparece e o que é.

Em segundo lugar me pareceu confusa a idéia sobre o ponto de partida - (p. 25) no caso da crítica a Hegel - uma coisa se refere ao ponto de partida enquanto pressuposto da análise marxista (enquanto concepção de mundo): homens reais, o modo como produzem e reproduzem sua vida material, como ele mesmo escreve; e outra coisa diferente é o ponto de partida do método de

(1) Vol. III, p. 375

(2) Para Kosík é a unidade entre fenômeno e essência.

análise de determinado fenômeno e como voce mesmo escreveu, Marx divide seu método em investigação e exposição e ambos tem pontos de partida diferentes.

O conceito pensado, enquanto síntese de muitas determinações é o ponto de chegada do método de investigação enquanto que o ponto de partida do método de exposição é a categoria de maior poder explicativo da totalidade analisada. Para Lenin "O homem tem diante de si uma rede de fenômenos da natureza. O homem instintivo, primitivo, não faz distinção entre si e a natureza. O homem consciente o faz, e as categorias são níveis dessa distinção isto é, são níveis do conhecimento do mundo, pontos de confluência na rede, que ajudam a conhecê-la e a dominá-la."<sup>(1)</sup>

Para concluir quero colocar uma última questão; ou melhor advertencia refere-se (ao parágrafo da p. 163 do texto) ~~de que~~ <sup>onde</sup> o Wanderley escreve que "por paradoxal que possa parecer Marx, pouquissimas vezes, preocupou-se em explicitar o seu método de investigação teórica".

Em primeiro lugar não se pode entender método como receituário, o método de Marx emana de toda a sua obra, ele aplicou e efetivamente o método e isso foi seu principal legado. Quanto ao fato de Marx não te-lo explicitado, eu diria que na obra "Fondements de la critique de l'economie politique - ébauche de 1857-1858" - que no meu humilde modo de entender é a melhor obra deixada por Marx - tanto o método quanto o papel da história no método estão explicitados.

(1) obras completas vol I

Sobre o texto: A Dimensão Territorial da crise: em busca da dinâmica espacial do valor.

O texto apresentado pelo Egler tem um espírito, a meu ver, diferente do ~~método~~<sup>TEXTO</sup> do Wanderley. Enquanto o Wanderley se preocupa em discutir a introdução da dialética na Geografia, como método capaz de conquistar um espaço para a crítica e a recuperação do ~~método~~ e nesse sentido construir um novo pensamento - portanto teoricamente; -

Claudio por seu lado apresenta um texto que me pareceu, a primeira vista colocar em ação o método, na questão da discussão da dinâmica espacial do valor.

A discussão espacial do valor, na medida em que coloca o espaço do capital, deixa implícito a questão da mundialização do espaço - isto me fez lembrar numa questão suscitada pela exposição do Prof. Milton Santos, na mesa redonda, Epistemologia e Geografia.

As relações entre os homens se mundializam; Marx escreve nos Grundrisse que o homem torna-se efetivamente humano, na passagem do particular ao genérico; ele se universaliza através das relações de troca. Ora, o processo de troca, hoje no estágio do capitalismo financeiro atinge seu processo mais amplo e articulado na história das relações de troca.

Alvaro Viena<sup>R</sup> Pinto<sup>(1)</sup> escreve que a realidade se torna cada vez mais complexa e cabe a ciência apreender, essa realidade

---

(1) Ciência e Existência

desenvolvendo seu método de análise. Citando uma frase da exposição do Prof. Milton Santos "a ciência se renova e partir de realidades que condicionam seu desenvolvimento" nesse caso a preocupação do Claudio em que a Geografia discuta a crise econômica, social e territorial, passa por essa discussão. Eu me pergunto:

Até que ponto a questão é se fazer uma geografia mundial? Não se trata de reconhecer o processo de reprodução de uma geografia? Esse processo de reprodução do pensamento geográfico, que a meu ver se faz pela superação, envolveria a questão do novo (dos novos movimentos engendrados pela totalidade concreta). No momento em que o processo de troca se universaliza, o homem é universal, o espaço se universaliza - enquanto produção do homem universal - logo não se trataria de uma geografia mundial, mas de um processo de produção geográfica, cujos fenômenos se encontrariam num novo patamar de relações e interrelações, logo necessitando de um método que apreendesse esse movimento de passagem para a universalização e necessidade de "remodelagem do planeta". Nesse caso me parece que ao invés de se tratar de uma geografia mundial deve-se discutir o método que permitiria trazer a geografia a possibilidade de incorporar, na sua explicação, o movimento ininterrupto da totalidade concreta.

Nesse sentido é que recoloco o problema de ontem, na medida em que nosso tema de hoje é Dialética e Geografia; e também na medida em que Claudio se preocupa em trazer para a Geografia o debate da crise econômica (1º objetivo).

O segundo objetivo do texto se refere a demonstração de que as relações espaço-território constituem um tema a ser trabalhado pela geografia e nesse ponto achei o texto bastante

confuso:

- em alguns momentos espaço e território aparecem como relação entre fenômeno e essência. Nesse sentido eu pergunto: se território é forma, como fica para voce, a questão da paisagem geográfica? Voce a descartaria?
- em outra passagem (p. 7) voce diz que erram aqueles que igualam a noção de território com o ideário do Estado-nação - como visão burguesa do território nacional, dois parágrafos depois voce parece unir os dois. E nesse mesmo parágrafo se fala na constituição do "Estado-nação enquanto proprietário último do território". No capitalismo a apropriação dos meios de produção da terra é individual enquanto o processo de produção é social, a instância jurídica da sociedade capitalista garante essa apropriação via propriedade privada; por isso acho estranho essa observação.
- ainda em relação espaço/território (na p. 14) a dimensão territorial da dinâmica centro-periferia enquanto especialização geral da acumulação capitalista; aqui espaço-território voltam a ter uma relação, fenômeno-essência.

Outra questão: voce fala em espaço homogêneo do valor ( p. 14) espaço marginal (p. 14) . . .

Se estamos tratando (como voce mesmo o faz) de um espaço do capital, eu colocaria de um espaço produzido por relações capitalistas - que se fundamenta na desigualdade; repousa em contradições, logo não pode ser homogêneo. Aqui voce cai na armadilha da forma do fenômeno (e há outro exemplo no texto igualdade-desigualdade da troca. Na formação econômica e social capitalista os fenômenos aparecem como independentes, sem articulações explícitos; o Dinheiro como meio de troca cria uma



aparência de igualdade - as pessoas trocam equivalentes - no entanto é uma relação desigual; o papel que cada um tem, ou assume na troca, se vincula em última instância, no lugar que ele ocupa na classe social.

As discussões que o texto me suscitou, - pelo próprio modo em que é apresentado - se referem a problemas na esfera da economia política. Nesse sentido tenho muitas discordâncias. Acho que não é o caso de discutí-las agora, por que fugiriam ao escopo do seminário, mas citarei algumas.

a) se voce se propõe a discutir a relação entre acumulação e concorrência capitalista no estágio do capitalismo monopolista não se pode afirmar que as mercadorias se trocam pelo seu valor.

Essa colocação, de Marx é válida para o século passado quando o Autor escreveu "O Capital" (p. 9). Como voce, resolve a questão dos preços de monopólio ou oligopolistas?

b) o dinheiro aparece (p. 10) enquanto manifestação exterior dos valores da mercadoria e a moeda como equivalente geral de troca.

À meu ver o preço é expressão do valor, portanto, para usar suas palavras, manifestação exterior dos valores e o dinheiro, este sim, seria o equivalente geral da troca.

c) o "dinheiro representa antítese entre valor de uso e valor latente na natureza das mercadorias e esta antítese leva a duplicação da forma mercadoria entre mercadoria e dinheiro (p. 10).

Permita-me discordar; não é a meu ver a contradição valor

de uso/valor que leva a duplicar da mercadoria entre mercadoria e dinheiro. Mercadoria e dinheiro se colocam como formas de expressão do capital no processo cíclico de sua produção e reprodução.

Para finalizar coloco uma questão. Egler fala em espaço supra nacional do dólar. Eu me pergunto: não se trata do espaço da F.E.S.<sup>1)</sup> (Sinto imensamente não ter tido acesso ao seu texto antes, o que não me permitiu uma análise mais vertical e que fatalmente me levaram a discutir os problemas da Economia Política fundamentalmente através do método dialético e não es parcamente, como o fiz.

1) F.E.S. = Federação de Escolas de Economia



